

LUGARES de MACEIÓ na MEMÓRIA

Adriana Capretz Manhas

CAU/AL
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de Alagoas



CAU/AL
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de Alagoas

Edufal

Catalogação na Fonte
Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL
Núcleo de Conteúdo Editorial
Bibliotecário responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4/1633

M2771 Manhas, Adriana Capretz Borges da Silva.
Lugares de Maceió na memória / Adriana Capretz Borges
da Silva Manhas. – Maceió : Edufal, 2025.
71 p. il. color. (e-book)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5624-399-3.

1. Arquitetura-AL. 2. Maceió-urbanismo. 3. Memória.
arquitetônica. I. Título.

CDU: 725.82

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

**LUGARES
de MACEIÓ na
MEMÓRIA**



Maceió/AL
2025



Reitor
Josealdo Tonholo

Vice-reitora
Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal
Eraldo de Souza Ferraz

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFAL
Eraldo de Souza Ferraz – Presidente

Diva Souza Lessa – Gerente
Fernanda Lins de Lima – Coordenação Editorial
Mauricélia Batista Ramos de Farias - Secretaria Geral
Roselito de Oliveira Santos - Bibliotecário
Alex Souza Oliveira
Cícero Péricles de Oliveira Carvalho
Cristiane Cyrino Estevão
Elias André da Silva
Fellipe Ernesto Barros
José Ivamilson Silva Barbalho
José Márcio de Moraes Oliveira
Juliana Roberta Theodoro de Lima
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva
Mário Jorge Jucá
Muller Ribeiro Andrade
Rafael André de Barros
Silvia Beatriz Beger Uchôa
Tobyas Maia de Albuquerque Mariz

CONSELHO CIENTÍFICO DA EDUFAL

César Picón - Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)
Gian Carlo de Melo Silva – Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
José Ignácio Cruz Orozco - Universidade de Valência - Espanha
Juan Manuel Fernández Soria - Universidade de Valência - Espanha
Junot Cornélio Matos – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Nanci Helena Rebouças Franco – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Patricia Delgado Granados - Universidade de Servilha-Espanha
Paulo Manuel Teixeira Marinho – Universidade do Porto - Portugal
Wilfredo Garcia Felipe - Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima – Coordenação
Roselito de Oliveira Santos – Registros e catalogação

Projeto gráfico e diagramação

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

Ilustrações

Giovani de Melo Gomes

Capa

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas (diagramação)
Giovani de Melo Gomes (ilustração)

Revisão de Língua Portuguesa

Elaine Capretz Borges da Silva Dorne

Normalização (ABNT)

Elaine Capretz Borges da Silva Dorne

Colaborações

Júlia Gabriela Chagas Ferreira
Júlia Pereira da Rocha Barros



CAU AL Gestão 2024 - 2026

Presidente

Geraldo Majela Gaudêncio Faria

Vice-presidente

Margíria Mércia Carvalho Oliveira França

Conselheiros Estaduais (CAU/AL)

Geraldo Majela Gaudêncio Faria (titular)

Leonardo Salazar Bittencourt (suplente)

Margíria Mércia Carvalho Oliveira França (titular)

Lívia de Oliveira Martins (suplente)

Ricardo Victor Rodrigues Barbosa (titular)

Pablo Cavalcante De Albuquerque Fernandes (suplente)

Suzann Flavia Cordeiro De Lima (titular)

Airton Rocha Omena Júnior (suplente)

Vivaldo Ferreira Chagas Júnior (titular)

Ítalo Bruno Dos Santos Souza (suplente)

Lorena Coimbra Cerqueira Tenório (titular)

Lara Torres de Melo Vasconcellos (suplente)

Haiana Calheiros De Lima Omena (titular)

Hanah Maria Torres de Melo (suplente)

Sofia Campos Christopoulos (titular)

Elisabeth De Albuquerque Cavalcanti Duarte Gonçalves (titular)

Alexandre da Silva Sacramento (suplente)

Conselheiros Federais (CAU/BR):

Josemee Gomes de Lima (titular)

Rosângela Benigna de Oliveira Carvalho (suplente)

Realização



Grupo de Estudos RELU - Representações do Lugar

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFAL

Criado em 2004 e certificado pelo CNPq

[@relu.ufal](https://www.instagram.com/relu.ufal/)



Tatipirun Educacional

Cultura alagoana e educação patrimonial

Siga-nos nas redes sociais e baixe livros grátis

[@tatipirun.educacional](https://www.instagram.com/tatipirun.educacional/)



Lugares de Maceió na Memória

Rede sociocultural de ações para a salvaguarda da memória coletiva de Maceió após o desmonte de cinco bairros pela mineração de sal-gema

Ponto de Memória Certificado pelo IBRAM/MinC BR

[@lugaresdemaceionamemoria](https://www.instagram.com/lugaresdemaceionamemoria/)

Por coerência na fala,
transparência nas ações,
justiça às vítimas e
resistência da memória coletiva.

Apresentação

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas tem por missão principal a fiscalização do exercício profissional, assim como a organização das atividades técnicas relacionadas à concepção e à produção dos ambientes próprios e belos às ações humanas e, por extensão, direta ou indiretamente, à defesa de tudo o que constitui valor social para a preservação e para a continuidade da vida na Terra. A defesa do patrimônio natural e do patrimônio edificado está entre as atenções e práticas da nossa profissão desde sempre, com maior importância nos dias atuais considerando os ritmos e o impactos das ações humanas sobre a natureza e sobre os tecidos urbanos consolidados - especialmente os impactos causados por empreendimentos cujo objetivo principal é auferir lucros econômicos e financeiros a qualquer custo.

O livro da arquiteta e urbanista Adriana Capretz Manhas registra a mais recente tragédia de destruição de tecidos urbanos consolidados causada pela atividade de mineração no Brasil que afetou a cidade de Maceió. Descreve a interdição e a destruição programada de uma extensa porção da cidade de Maceió.

Foram diretamente afetados cinco bairros com todos os seus moradores e usuários. A extração continuada e extensiva por cerca de meio século das extensas e profundas jazidas de sal existentes no subsolo da cidade causaram a desestabilização geológica do substrato acarretando o desastre em curso de desmoronamento de minas subterrâneas.

O desfecho final do processo geológico de acomodação do solo é uma incógnita temida por todos os maceioenses. Sabe-se que mais de 50 mil moradores e centenas de empresas foram desalojados, seus imóveis interditados e demolidos provocando uma diáspora dos moradores por uma extensa e dispersa área.

Com a publicação deste livro o CAU/AL expressa seu tributo à saga dos moradores desalojados e à memória do patrimônio histórico e cultural perdido.

Geraldo Majela Gaudêncio Faria
Presidente do CAU Alagoas

Prefácio

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas, natural de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, é formada em Arquitetura e Urbanismo, com doutorado em Ciências Sociais. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, atua no setor de pesquisa, ensino e extensão Teoria, História e Crítica da Arquitetura e Urbanismo desde 2008.

Além de profissional, Dri, como carinhosamente a chamo, é mãe, esposa, filha e cidadã ética e atenta ao mundo ao seu redor. Assim, sendo a estrangeira mais alagoana que conheço, como líder do RELU - Representações do Lugar (UFAL), grupo de pesquisa sobre patrimônio, memória e história da cidade e da arquitetura da FAU UFAL, criou ainda o site www.arquiteturaalagoana.al.org.br e o Tatipirun Educacional para divulgação do patrimônio alagoano para o público infanto-juvenil.

Iniciativas inéditas, considero-as contribuições inestimáveis, pois, além da distribuição gratuita de material para ações de educação patrimonial é fonte criteriosa de informações sobre a história e a cultura maceioense e alagoana.

O livro “Lugares de Maceió na Memória” versa sobre o patrimônio histórico presente nos cinco bairros de Maceió que foram afetados pela subsidência do solo causada pela extração de sal-gema pela empresa Braskem. Apresenta 20 edificações que possuem algum tipo de proteção legal, seja tombamento ou outro instrumento de salvaguarda, com os textos informativos acerca do histórico da edificação e do tipo de proteção patrimonial que incide sobre cada uma delas. As belíssimas ilustrações em aquarela digital são de Giovani Gomes. O título desta publicação é o mesmo do Ponto de Memória criado pela Dri e que recebeu certificação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2023. Essa publicação é a tentativa de registro do rico passado histórico edificado e do traumático crime socioambiental às futuras gerações. Muito do patrimônio cultural dessa área já foi perdido, e o destino dos exemplares históricos remanescentes ainda é incerto, pois não se tem previsão de estabilização do solo da área afetada. Não esquecer para não repetir.

Lúcia Tone Ferreira Hidaka
Professora Doutora da FAU UFAL

Sumário

Apresentação	6
Prefácio	7
Sumário	8
Introdução	9
A arquitetura como suporte físico da memória coletiva	12
1. Complexo Arquitetônico Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho - Bebedouro	22
2. Casa de Saúde Dr. José Lopes de Mendonça, antiga Vila Lilota - Mutange	24
3. Sede da SINTEAL, antiga Vila Amália - Mutange	26
4. Sede do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) - Mutange	28
5. Igreja Nossa Senhora do Bom Parto - Bom Parto	30
6. Antiga Vila Operária da Fábrica Alexandria - Bom Parto	32
7. Casas Gêmeas - Bebedouro	34
8. Antiga Casa de Saúde Miguel Couto - Bebedouro	36
9. Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua - Bebedouro	38
10. Solar Nunes Leite	40
11. Antiga residência de Anita Nunes Leite	42
12. Estação Bebedouro	44
13. CRAS Bebedouro, antiga Escola Rural Alberto Torres	46
14. Casarão colonial da Rua Faustino Silveira	48
15. Casario da Rua Dr. Passos de Miranda	50
16. Casas na Ladeira Prof. Benedito Silva	52
17. Igreja Batista do Pinheiro	54
18. Residência de Marcial Coêlho, Marias e Filhos	56
19. CEPA - Centro Educacional de Pesquisa Aplicada	58
20. Igreja Matriz do Menino Jesus de Praga	60
Considerações finais	62
Referências	65
Sobre a autora	67

Introdução

Em 1941, sondas do Conselho Nacional do Petróleo perfuraram o solo nas áreas de mangue da Laguna Mundaú para prospecção de petróleo. Em princípio, não encontraram o que procuravam mas, accidentalmente, detectaram uma camada salina de salgema sob Maceió, levantando interesse de um empreendedor baiano que, em 1966 adquiriu o direito de exploração do minério e fundou a Salgema Indústrias Químicas S.A. O negócio chamou atenção do governo federal, que assumiu o controle e se associou à norteamericana Du Pont e, em 1976, a empresa petroquímica Salgema se instalou na cidade para explorar este mineral. Com a privatização das estatais na década de 1990, houve uma mudança de administração e a Salgema passou a se chamar Trikem, até quem em 2002 surgiu a Braskem - em uma sociedade entre a Trikem e outras empresas do setor como a construtora Odebrecht (atual Novonor) e a Petrobrás -, incorporando as operações existentes em Maceió (AL).

Com anuência das autoridades locais, a Salgema instalou sua indústria no bairro Trapiche da Barra, à beira mar, desvalorizando imediatamente toda a região sul da orla marítima da capital alagoana.

Na época, José Geraldo Marques, cientista com extensa formação em Meio Ambiente e Sociedade no Brasil e exterior, assumiu a Secretaria Executiva de Controle da Poluição do Estado de Alagoas e alertou para os riscos de explosão, incêndio, vazamento de cloro, erosão, lançamento de ácido clorídrico no mar, devastação da restinga, transporte de substâncias perigosas através do tecido urbano, destruição dos manguezais, contaminação do lençol freático e previsão de subsidênciia. Na época, o pesquisador foi desacreditado publicamente e recebeu ameaças, forçando-o a deixar a cidade. Todas as suas previsões se confirmaram ao longo dos anos, com mais de 20 acidentes relatados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de Alagoas, dentro e fora da fábrica - alguns com vítimas fatais.

Poucos anos depois de sua chegada, com ambição de duplicar as instalações, a antiga Salgema avançaria sobre um bairro histórico habitado por pescadores e rico em referências culturais registradas como Patrimônio Imaterial de Alagoas: o Pontal Barra, berço da produção da renda «filé», da pesca do sururu (molusco utilizado na culinária) e do Fandango (folguedo tradicional da região).

Na mesma época, profissionais envolvidos no PLEC (Projeto de Levantamento Ecológico Cultural da Região das Lagoas Mundaú e Manguaba) lideraram manifestações contra o projeto de expansão da empresa em Maceió e também contra a instalação do Polo Cloroquímico no Tabuleiro de Marechal Deodoro. Diante das mobilizações, o bairro do Pontal da Barra teve seu tombamento e a duplicação da indústria não aconteceu.

Mesmo assim, a fábrica sempre foi uma ameaça para a cidade e para populações inteiras dos bairros vizinhos devido à alta periculosidade, risco de explosões e vazamento de cloro pelo ar. Mas o que não se imaginava era que a tragédia não viria da fábrica, e sim, das minas de extração de sal-gema a centenas de metros de profundidade da Laguna Mundaú e os bairros adjacentes Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Pinheiro e, mais recentemente, o Farol.

Há cerca de uma década, moradores dos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Mutange começaram a relatar rachaduras em suas casas, que também eram observadas em algumas ruas daqueles bairros. Inicialmente, atribuiu-se à falha geológica presente no

subsolo da região. O professor da UFAL Abel Galindo, Engenheiro Civil e Mestre em Geotecnia tinha uma hipótese para as rachaduras, que seria a reativação de falhas geológicas, provocada pela excessiva extração de água na área da mineração, causando rebaixamento do lençol freático. A falha geológica já havia sido apresentada no livro de Ivan Fernandes Lima de 1990 intitulado «Maceió, cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano».

Em 3 de março de 2018, houve um tremor de terra de intensidade 2,4 na Escala Richter que abalou não apenas o Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Farol como também bairros distantes em mais de cinco quilômetros como Cruz das Almas. Os moradores também ouviram um grande estrondo por toda a região e, logo após o ocorrido, apareceram grandes rachaduras em muitas casas e nas ruas do bairro do Pinheiro. Um ano e meio depois, um relatório definitivo elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) concluiu que as rachaduras estavam ocorrendo por conta do colapso (desmoronamento) subterrâneo das minas de sal-gema que vinham sendo exploradas desde 1976 a centenas de metros de profundidade da Laguna Mundaú.

Segundo o professor Abel Galindo, a primeira planta de localização das minas que se tem conhecimento data de 1995, ou seja, por quase vinte anos foram feitas perfurações sem projeto técnico. O mapa divulgado pela CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) mostrou as 35 minas (ou cavernas) de extração na região, suas dimensões e distâncias entre as paredes: mais de 70% das minas foram projetadas e executadas acima do diâmetro seguro, assim como em distâncias menores que as recomendáveis. Ainda segundo o professor, esses dois fatores foram fatais para o desabamento da maioria das minas, pois foram associados à presença de falhas geológicas no entorno e à ocorrência de rochas de baixas resistências.

A situação se agravou rapidamente e, com isso, mais de quinze mil imóveis precisaram ser emergencialmente removidos sob risco de desmoronamento. A tragédia provocou danos irreversíveis ao meio ambiente e impactou a cidade drasticamente em vários sentidos, causando prejuízos crescentes em todas as esferas da vida individual e coletiva por tempo indeterminado. Além da perda de 15 mil imóveis, forçando uma diáspora de quase 60 mil pessoas de bairros centrais, o comprometimento do solo prejudicou a mobilidade

urbana da cidade toda, causou perdas materiais e morais a empresários formais e informais que atuavam nos cinco bairros, rompeu dinâmicas sociais construídas entre as pessoas ao longo de anos por meio de escolas, templos religiosos e espaços de lazer, isolou socialmente os moradores dos bairros limítrofes, que também sofrem com a insegurança e a desvalorização imobiliária e vem causando impactos psicológicos que ainda estão sendo estudados. Portanto, a narrativa de um «caso de sucesso» para uma tragédia que foi evitada pela evacuação dos bairros antes que houvesse a subsidência do solo não confere com a realidade vivenciada em Maceió, que é a de uma tragédia em curso, por tempo indeterminado.

Por isso, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem, finalizada em 21 de maio de 2024, aprovou o relatório que pede quatorze indiciamentos entre empresas e pessoas físicas por **crimes ambientais** que causaram o afundamento de solo em Maceió e a expulsão de milhares de pessoas de suas residências. Recomendou ainda a elaboração imediata do Plano Diretor de Maceió, do Plano de Mobilidade Urbana Municipal e a instalação de um memorial à cidade atingida pela mineração.

A arquitetura como suporte físico da memória coletiva

O direito à memória está na Constituição Brasileira. Segundo o Artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Estamos assistindo ao desaparecimento gradativo de um dos conjuntos arquitetônicos que figuram entre os mais belos e significativos para a memória histórica coletiva da capital de Alagoas.

Diante do atual cenário de apagamento dos bairros – já não é mais possível se identificar a localização de quase nada, nem mesmo diferenciar onde havia rua, calçada ou construção – o pouco que resta da extensa área onde outrora a vida acontecia nos bairros do Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Pinheiro e parte do Farol são as edificações históricas que ainda restam na área. Isso mostra a importância da preservação da arquitetura enquanto suporte físico das memórias individuais e coletivas das pessoas de um lugar.

Enquanto arquiteta e professora na Faculdade de Arquitetura da UFAL, atuante na área de História e Patrimônio, escuto com frequência perguntas como: quais edificações restarão naquela área? O que será feito do que não foi demolido? Quem poderia ter impedido o desmonte daqueles bairros históricos? Tem alguma lei que protege o patrimônio daquela área? O que é considerado patrimônio? Diante destes questionamentos frequentes, elaborei este livro, na intenção de apresentar o patrimônio arquitetônico da área presente nos cinco bairros que sofreram o desmonte em decorrência do crime ambiental causado pela Braskem e os instrumentos legais que os protegem, impedindo sua demolição.

Quem protege o patrimônio cultural

Em nível federal, é o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é o órgão responsável pelos tombamentos (instrumento jurídico de reconhecimento e proteção do patrimônio construído) partir de critérios estabelecidos. Não há nenhuma edificação tombada pelo IPHAN, ou seja, em nível federal, nos cinco bairros afetados – Bebedouro, Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Farol.

Em nível estadual, o órgão criado com a finalidade de tombamento e proteção do patrimônio cultural de Alagoas é a Fundação Pró-Memória, ligada à Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa de Alagoas. Em toda a área atingida, há apenas um conjunto tombado em nível estadual, que é o Complexo Bom Conselho, no Bebedouro, constituído do colégio e capela.

Quanto à **proteção municipal**, não há órgão de tombamento em Maceió. Entretanto, o Plano Diretor vigente (Lei nº 5.486/2005) e o Código de Urbanismo e Edificações (Lei Municipal nº 5.593/2007) estabelecem as Zonas Especiais de Preservação

Cultural (ZEP) e Unidades Especiais de Preservação (UEP), assim descritas respectivamente:

Art. 52. Serão instituídas as seguintes Zonas Especiais de Preservação Cultural: I – Jaraguá, coincidente com a ZEP 1 de Jaraguá já existente; II – Centro, coincidente com a ZEP 2 do Centro, abrangendo nova delimitação; incluindo os mirantes públicos do bairro do Farol; III – Bebedouro, abrangendo o centro histórico de formação do núcleo, incluindo a praça Lucena Maranhão, a igreja de Santo Antônio e o Colégio Bom Conselho; IV – Fernão Velho, abrangendo o centro histórico do bairro, incluindo a indústria têxtil, antiga vila operária, e a estação ferroviária; V – Pontal da Barra, equivalente ao núcleo urbano de artesanato do bairro.

Art. 61. Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEP) são imóveis ou espaços urbanos, públicos ou privados, de relevante interesse cultural no Município de Maceió por constituírem: I – expressão arquitetônica ou histórica do patrimônio cultural edificado de Maceió, composta por uma ou mais de uma edificação isolada; II – suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares do Município, especialmente a música e a dança folclórica, a culinária e o artesanato.

Portanto, conforme explicita o Plano Diretor, que é lei máxima do município, o Bebedouro é uma Zona Especial de Preservação Cultural, assim como os bairros do Jaraguá e Pontal da Barra, o Centro da Cidade e o distrito de Fernão Velho. A ZEP de Bebedouro nem havia sido regulamentada enquanto perímetros rigoroso e de entorno, sendo a área toda identificada como de preservação rigorosa, quando sofreu as perdas do patrimônio cultural após o desmonte sem nenhum plano de preservação, juntamente com a saída de seus moradores.

As Unidades Especiais de Preservação, conforme descritas no mesmo Plano Diretor de 2005, são edificações isoladas ou pequenos conjuntos de edificações de expressão histórica do patrimônio cultural ou que sejam suporte físico para manifestações culturais e tradições populares. Por não terem um entorno que lhes confira apoio e sentido, as UEP são mais vulneráveis do que as ZEP. Embora o Plano Diretor de 2005 tenha designado 56 UEP – que podem ser vistas no Portal de Arquitetura Alagoana (<http://arquiteturaalagoana.al.org.br>), duas delas já foram completamente demolidas (a antiga residência Moacir Pereira, conhecida como a «Casa Rosa», na

Pajuçara, e a «Residência Afonso Lucena», no bairro do Farol). Além disso, várias outras encontram-se tão descaracterizadas a ponto de haver a necessidade de se repensar sobre sua manutenção na lista, bem como há necessidade de inclusão de outras tantas.

Há cinco UEP localizadas na área em subsidência causada pela mineração de sal-gema pela Braskem: a Igreja Nossa Senhora do Bom Parto e a Vila Operária da Fábrica Alexandria, ambas no bairro do Bom Parto, o Instituto do Meio Ambiente (IMA), o Sindicato dos Trabalhadores do Magistério de Alagoas (SINTEAL, antiga Vila Amália) e a Antiga Casa de Saúde Dr. José Lopes (antiga Vila Lilota), as três no bairro do Mutange.

Em 2019, começaram os processos de remoção dos moradores dos bairros Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro, a despeito da existência das ZEP e UEP previstas no Plano Diretor de Maceió de 2005 e sem nenhum planejamento prévio da evacuação das pessoas. Sem informação sobre o que seria feito de seus imóveis e ainda sem receber indenização, os moradores se viram obrigados a retirar o que fosse possível de suas residências – esquadrias, louças, metais, pisos, azulejos, telhas e até tijolos - na tentativa

de vender e levantar algum dinheiro, lembrando que muitos empreendedores tiveram seu estabelecimento comercial fechado, acumulando dívidas trabalhistas e de fornecedores, assim como muita gente ficou sem emprego. Tão logo o caminhão de mudança terminava de ser carregado com a mobília, o imóvel já tinha portas e janelas lacradas com tijolos e tapumes pela Diagonal Urbanizadora (empresa contratada para fazer a remoção das pessoas), num processo traumático relatado pelos moradores e que foi agravado ainda mais pelo período de pandemia do covid-19, em que era preciso manter distanciamento social, o que acabou impedindo que as vítimas se manifestassem.

Com a saída dos moradores, os bairros ficaram com aspecto de «cidade fantasma», pois restaram apenas as paredes das casas, sem esquadrias nem telhados, tomadas rapidamente pela vegetação. Em entrevista, o geólogo e professor da USP, Pedro Luiz Cortês, se referiu à área de Maceió como uma espécie de «Chernobyl brasileira». A comparação com a cidade ucraniana conhecida mundialmente pelo desastre nuclear que ocorreu na usina nuclear próxima no ano de 1986 deve-se ao fato de ambas terem ficado totalmente desocupadas por força de uma tragédia e

pela dificuldade de se restabelecer a normalidade na área afetada.

Além das perdas do que já era ratificado como de relevância ao patrimônio cultural, ainda houve outras do que nem sequer estava salvaguardado, mas compunha a significância cultural da cidade, como o CEPA (Centro de Pesquisas Aplicadas), diversas escolas e templos religiosos, além de exemplares de arquitetura modernista, vários deles de autoria da arquiteta pioneira no Estado, Zélia Maia Nobre, criadora de obras icônicas da cidade e da primeira faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas, a FAU UFAL, no ano de 1974.

Diante da falta de informações sobre o patrimônio histórico pelos canais de comunicação da Braskem, elaborei em 2021 um mapa no Google Maps chamado «Maceió Afundando» (cujo link para acesso encontra-se nas referências ao final do livro), e localizei as edificações históricas presentes na ZEP do Bebedouro, as UEP do Mutange e Bom Parto e acrescentei outras que foram citadas como referências culturais por moradores da área durante as escutas de histórias de vida registradas pelo projeto «Cidade de Afetos».

Este projeto, desenvolvido pelo Instituto para o Desenvolvimento das Alagoas (IDEAL), conquistou a premiação na 37ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1987, prestigiado reconhecimento no campo do patrimônio cultural no Brasil.

Após o desmonte dos bairros, a Prefeitura Municipal de Maceió, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, solicitou providências em relação ao patrimônio construído da área e elaborou uma lista dos bens a serem preservados pela Braskem. A falta de critério para a «escolha» dos imóveis a serem preservados foi questionada por pesquisadores e moradores durante a Escuta Pública para apresentação do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) feita pela Diagonal em 28 de março de 2023, Eixo 4 - Preservação da cultura e memória, cujos vídeos estão disponíveis em <https://maisdialogos.com/>.

Passadas as escutas públicas, em setembro de 2023, a Diagonal publicou um novo PAS onde apresenta, nas páginas 648 a 650, uma lista de 53 edificações a serem preservadas pela mineradora.

Em 2022, a Braskem iniciou o processo de demolição de parte dos imóveis afetados, intensificando gradativamente após o colapso da mina 18, em 10 de dezembro de 2023. Em 2025, as demolições das demais edificações nos cinco bairros afetados já se encontram em estágio avançado. Chama atenção a redução do número de edificações que estava na lista divulgada em 2023: em julho de 2025, o site atual da Braskem (www.braskem.com.br/compromissosmaceio) anuncia que «37 imóveis de valor histórico foram identificados pelo Município», não informando quais imóveis foram retirados da lista inicial divulgada no PAS e nem a justificativa para tal retirada. Neste canal de comunicação oficial ainda é informado que «21 edificações passaram obras de manutenção e recuperação da integridade estrutural» e que «Atualmente, os trabalhos para estabilização das edificações acontecem em 11 imóveis» sem, contudo, informar quais são os imóveis que estão em obras de recuperação ou estabilização. Também não foi encontrado acesso aos registros de imagens que a empresa anuncia ter realizado. A falta de transparência e acesso às informações foram apontadas na CPI da Braskem que, em 2023, denunciou:

Sobre o tema, a Braskem informa em seu site que 46 imóveis de valor histórico foram identificados pelo Município, os quais têm sido objeto de monitoramento e realização de eventuais obras de manutenção, no entanto, não consta em qualquer documento que imóveis são esses.

A empresa também informa que elaborou um dossier dos imóveis de valor histórico, contendo detalhes sobre as edificações e imagens digitais com escaneamento a laser de alta precisão. Também não foi localizado no site link de acesso público ao Dossiê.

Finalmente, a Braskem informa que está realizando um inventário do patrimônio cultural material e imaterial dos bairros afetados pela subsidência, que apresentará diretrizes de salvaguarda e orientações à gestão pública.

Segundo informações do site, o trabalho encontra-se em andamento, mas, mais uma vez, não foram localizadas informações públicas sobre o tema. Daí se conclui que tais informações, se existem, não estão acessíveis às pessoas interessadas na proteção dos bens: os cidadãos de Maceió.

Esse ponto é especialmente grave porque, com exceção dos imóveis tombados pelo órgão de patrimônio estadual, os demais imóveis de importância cultural e simbólica na área desocupada não possuem qualquer instrumento legal de proteção que garantam sua

permanência e conservação. Daí porque as demolições aceleradas levadas a termo pela Braskem têm sido motivo de preocupação” (SENADO FEDERAL, 2024, p.625).

Apenas duas edificações obtiveram, isoladamente, proteção legal para impedir sua demolição, pois encontram-se no bairro do Pinheiro e, portanto, não integram nenhuma Zona Especial de Preservação Cultural: a primeira foi a Igreja Batista do Pinheiro, após muitas reivindicações e manifestações coletivas organizadas pelo Pastor Wellington Santos, que conseguiu que a Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE) a reconhecesse como Patrimônio Material e Imaterial do Estado (Lei Estadual Nº 8.515, de 06 de outubro de 2021). A justificativa para o pleito não se restringiu ao valor material da edificação, ou seja, por sua representação enquanto estilo artístico de um período arquitetônico específico, como é comumente identificável no patrimônio histórico, sobretudo o religioso. O valor da Igreja Batista do Pinheiro é mensurado muito mais pelo campo simbólico, pelos valores e sentidos atribuídos pelas pessoas àquela edificação, que foi (e continuou sendo até sua interdição definitiva pela CPRM em 2023) o espaço que abrigou inúmeras atividades que mobilizavam e

aproximavam pessoas, que se sentiam participantes e pertencentes a um grupo, mesmo que não congregassem a mesma fé e religião praticada ali.

A segunda proteção obtida foi para casa situada na Rua Professor José da Silveira Camerino, nº 861, conhecida como o «casarão da esquina da rua Belo Horizonte» (Lei Estadual Nº 9.562, de 5 de junho de 2025), após solicitação feita pela família junto ao Governo do Estado. Como sua aparência física não remete à estética de «casa antiga», que para o público leigo é mais facilmente identificável como patrimônio histórico, elaborei, a pedido da família, um texto apresentando sua importância não apenas como possível único exemplar do período imediatamente posterior ao Movimento Moderno (foi construída entre 1978 e 1981) ainda íntegro na cidade, mas também como portadora de valor imaterial pela referência visual e memorial que constitui para o bairro do Pinheiro desde que foi construída.

Arquitetura como lugar de resistência, memória e consciência

Seguindo o pensamento que norteou o arcabouço de justificativas para a proteção das duas edificações, havia muitas outras nos cinco bairros que também constituíam referências culturais para os moradores e pessoas que faziam uso do espaço dos bairros para as mais diferentes funções. Nessa perspectiva, se preserva o que tem «valor» (histórico e artístico, mas também social e afetivo para as pessoas, o que é referência para elas).

O geógrafo Milton Santos definiu o «território» como o *locus* de referências para os moradores de um lugar:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Pensando a conservação baseada em «valores» como meio de se proteger os «lugares», houve um pedido de tombamento para toda a área afetada ao IPHAN, feito pela ex-moradora do Pinheiro e arquiteta Maria Gardênia Santos Nascimento (Processo nº 01403.000333/2023-63, disponível publicamente no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/IPHAN). Para embasar o pedido, a arquiteta elaborou uma dissertação de mestrado propondo procedimentos para a declaração da paisagem como um «Lugar de Memória» (instrumento de proteção já proposto pelo IPHAN mas ainda sem regulamentação, que concentra em seu propósito a tríplice compreensão dos bairros em afundamento: material, simbólica e funcional).

O tombamento proposto constituiria uma medida cautelar, provisória, até que fosse definido o que seria preservado e o que seria demolido a partir de consultas e inventários participativos elaborados com a população atingida, que detectaria o que considerava referência cultural – e aí estariam incluídas as edificações mais antigas, cujo valor histórico e artístico é facilmente identificado por qualquer pessoa, mas também edificações «comuns», sem distinção estética ou artística mas que configurassem referência como

suporte de memórias para as pessoas que viviam ou frequentavam a região. O pleito foi negado pelo IPHAN.

Em setembro de 2023, o Ministério Públíco Federal exigiu a execução de um inventário do patrimônio imaterial pela Braskem, que contratou um grupo de pesquisadores de Maceió para realizá-lo. Segundo o canal oficial de comunicação da empresa, oito grupos culturais que atuavam na região estão sendo atendidos pelo programa de apoio para garantir a sua continuidade e outros tantos artesãos e fazedores de cultura da área foram identificados para que a empresa garanta a continuidade dos saberes e fazeres que estão em risco de desaparecimento devido à saída de quem os praticava.

Entretanto, há de se atentar para o risco que o entendimento de patrimônio material e imaterial de forma separada impõe ao desaparecimento da memória dos cinco bairros. Embora «patrimônio material» e «patrimônio imaterial» sejam as categorias adotas pelo IPHAN (e também utilizadas pelo Ministério Públíco Federal ao exigir uma lista de edificações a serem preservadas e um inventário do patrimônio imaterial da área), o ICOMOS (Conselho

Internacional de Monumentos e Sítios, órgão consultivo da UNESCO para o patrimônio mundial) já vem há bastante tempo questionando essa divisão e ampliando o conceito para «paisagem cultural», onde patrimônio material e imaterial são indissociáveis, tanto quanto o patrimônio natural. Esta é uma visão mais alinhada com a noção de território explicada por Milton Santos, que também pode ser entendida como «lugar», ou seja, o território habitado e vivido.

Mesmo que os fazedores de cultura da área sejam indenizados e algumas dezenas de edificações não sejam demolidas, o que restou do coração da cidade que antes pulsava entre as ruas, praças, escolas, casas e igrejas repletas de pessoas são bairros fantasmas, espaços mortos de vida cotidiana, edifícios vazios de função, abandonados, arruinados e vigiados para que não voltem a ter vida.

Pensando no que restou e o que pode vir a ser feito daquela imensa área, incluindo o patrimônio histórico que parece ser o que garante a resistência ao completo apagamento, pesquisadores da área de memória e patrimônio – dentre os quais eu me incluo – concordam com a necessidade urgente de se pensar o «patrimônio

sensível», que é aquele que «precisa» ser lembrado e não apenas o que «merece» ser lembrado (e cujo «merecimento da lembrança» pode ser definido segundo interesses dominantes). As poucas edificações restantes na área precisam ser utilizadas para que se lembre sempre como era o Bebedouro, o Mutange, o Bom Parto, o Pinheiro e o Farol vivos, para que mostrem como era a vida antes da diáspora forçada pelo afundamento do solo.

O patrimônio arquitetônico não pode servir para o esquecimento da tragédia que está em curso, abrigando equipamentos com finalidades que nada tem a ver com as histórias das pessoas e do bairro ou que «espetacularizem» a cultura que antes ali era produzida - mas não é mais, pois elas dependiam de cada espaço físico para serem únicas: não existe outra Laguna Mundaú, outra Praça Coronel Lucena Maranhão, outra Estação Bebedouro. A arquitetura, portanto, tem que servir de suporte material para que a memória resista e para que a tragédia seja sempre lembrada e não esquecida, ou seja, a área tem que se tornar um **lugar de consciência** e não de apagamento de uma tragédia que afetou a cidade inteira, pois só assim a história não se repetirá.

Os óbitos arquitetônicos podem ser descritos pela causa mortis, mas a morte é apenas uma, pois se Saramago sugere existir uma morte que mata apenas homens, por que não dizer que existe uma morte que mata apenas a arquitetura? A morte é apenas uma, mas usa nomes e meios distintos para atemorizar. Pode ser prematura, quando mata antes mesmo da arquitetura se tornar plena em forma, função e espaço. Pode se dar por abandono, quando dela se esvaem sentidos, funções, pessoas; morte lenta e dolorosa, para ela e para quem a vê – um conluio entre as mortes companheiras. Pode ocorrer por ocaso natural, quando se deve a mazelas de nascença, genéticas digamos, que fazem o corpo sucumbir sem avisar; esse é obra de várias mortes: da arquitetura, dos homens e das demais coisas. Pode se processar por transfiguração, quando ao espelho não se reconhece ou quando suas entranhas não mais obedecem ao sentido que lhes foi dado. Pode acontecer, ainda, pela presença parasitária de usos não previstos que a carcomem por dentro e por fora; ao fim e ao cabo, ao parasita o corpo transmutado e redefinido.

Obituário Arquitetônico: Recife modernista
Luiz Amorim

*Complexo Arquitetônico
Nossa Senhora do Bom Conselho*

BEBEDOURO



Complexo Arquitetônico Sociedade N. Sra. do Bom Conselho

Bebedouro

O lindo complexo arquitetônico compõe a paisagem de um dos bairros mais tradicionais da cidade. O Bebedouro surgiu e se desenvolveu ainda no século XIX, graças à presença de um riacho onde cavaleiros podiam parar e dar de beber aos animais quando seguiam a estrada em direção ao norte do Estado, bem como à existência de um pequeno porto, onde atracavam as embarcações que chegavam da antiga Capital, Vila Santa Madalena da Lagoa do Sul (atual marechal Deodoro).

Nessa época em que o bairro foi habitado por famílias abastadas, o grande casarão, originalmente neoclássico e posteriormente “modernizado” para o estilo eclético, foi construído para abrigar o “Asylo das Órfans Desvalidas de Nossa Senhora do Bom Conselho” em 1877, com projeto do engenheiro agrimensor Manoel Cândido Rocha de Andrade, a partir de verbas liberadas pelo Imperador Dom Pedro II. O objetivo era alfabetizar e ensinar prendas domésticas às meninas órfãs de famílias cujos pais haviam morrido na Guerra do Paraguai ou devido à seca que castigou a região naquele ano.

Em 1938, o antigo orfanato foi transformado na “Escola Normal Rural N. Sra. no Bom Conselho”, abrigando meninas do interior em regime de internato, abrindo-se depois para a comunidade em geral em regime misto como colégio. Na década de 1990 foi incorporado à rede estadual, passando a se chamar “Escola Estadual Bom Conselho”. Desde 2019, o prédio foi desocupado devido às rachaduras em sua estrutura física em decorrência da extração de sal-gema na laguna Mundaú.

Está situado na Zona Especial de Preservação 3 do Plano Diretor Municipal (Lei nº 5.486/2005) e é tombado desde 1999, (Decreto Estadual nº 38.081). Portanto, este patrimônio cultural de Alagoas deve ser protegido em nível municipal e estadual.

Antiga
Vila Lilota

MUTANGE



Casa de Saúde Dr. José Lopes de Mendonça, Antiga Vila Lilota

Mutange

O palacete residencial localizado no bairro do Bebedouro foi construído pelo Coronel Francisco de Amorim Leão em 1914, quando era presidente do Banco do Estado de Alagoas. Ele era filho do Comendador Manoel Joaquim da Silva Leão, empresário que deixara vários negócios e engenhos de herança para os filhos após sua morte em 1883. Este palacete, que era conhecido como “Vila Lilota” figura entre as mais imponentes construções da época, quando o histórico e festeiro bairro do Bebedouro concentrava as mais importantes personalidades da capital de Alagoas.

Implantado em terreno abaixo do nível do leito carroçável, o palacete em estilo eclético com ascendência mourisca possui recuos ocupados por jardins, solução que foi introduzida nos lotes urbanos no início do século XX visando mais ventilação e iluminação e organiza-se em quatro pavimentos, sendo que o térreo é ligado à varanda do primeiro pavimento por meio de uma marcante escadaria externa curva. Internamente, pinturas murais revelam preciosos e raros exemplares ainda íntegros estilo *Art Nouveau*, também aplicados em outros detalhes na edificação. Após permanecer fechado entre 1956 e 1962, o casarão foi adquirido pelo médico José Lopes de Mendonça para instalação de uma clínica de repouso e psiquiatria que levava seu nome e funcionou até o final de 2017. Em 2019, o engenheiro e geólogo Abel Galindo fez uma pesquisa *in loco* e constatou que até 2005, os 150 metros do fundo do hospital até a margem da laguna já estavam submersos e as antigas enfermarias, situadas entre um metro e um metro e meio acima do nível da laguna, encontravam-se já em oitenta centímetros abaixo do nível da água (Fragoso, 2022, p. 55-59). Em 2020, todos os anexos ao volume principal foram demolidos.

A antiga Vila Lilota é uma Unidade Especial de Preservação (UEP) incluída no Plano Diretor de Maceió (Lei nº 5.486/2005) e a fiscalização acerca de sua preservação está a cargo, portanto, da Prefeitura Municipal.



Antiga Vila Amália

MUTANGE

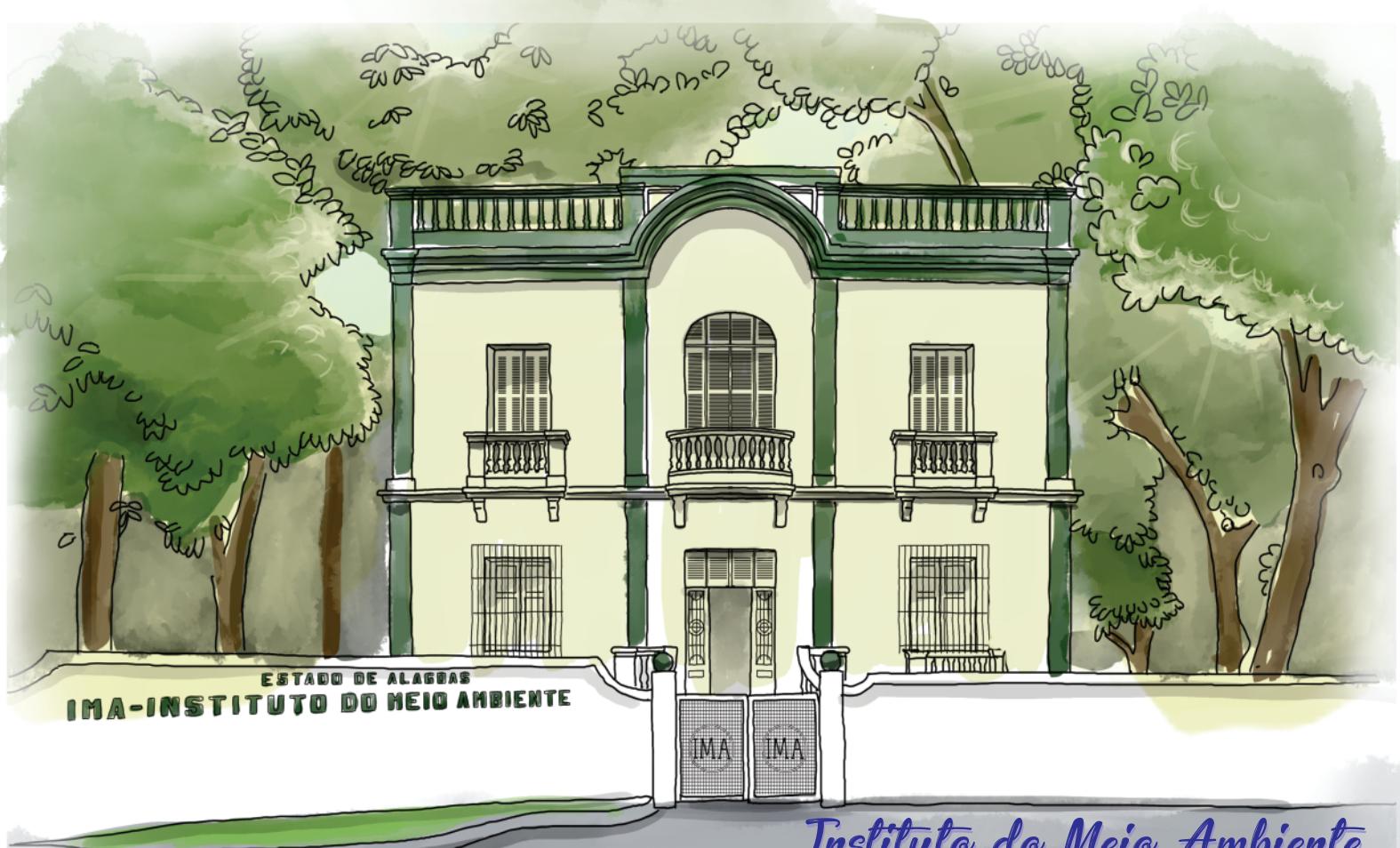
Sede da SINTEAL - Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Alagoas, Antiga Vila Amália Mutange

27

As antigas residências das famílias abastadas eram comumente nomeadas por “vila” ou “solar” e muitas delas eram localizadas no antigo sítio do Bebedouro, a exemplo deste imóvel que pertenceu inicialmente à Amália Mendonça Barboza e seu esposo Antônio Silva e, por isso, era conhecida como “Vila Amália”. Acredita-se que a edificação seja do final do início do século XX, devido ao estilo eclético presente nos ornamentos. Nesta época, todos os focos de contaminações nas cidades deveriam ser eliminados por meio das primeiras leis urbanísticas e das normas para construção das edificações: o porão alto aparece na Vila Amália para se evitar a umidade vinda do solo. A fachada, de costas para a laguna, nos comunica o quanto a vista maravilhosa não agregava valor ao imóvel na época, já que a laguna era entendida como lugar de transporte ou trabalho, frequentada apenas por pescadores, pessoas ligadas ao comércio de estiva ou usuários do transporte lagunar e não como uma bela paisagem a ser admirada da varanda. Em 1966, o imóvel foi adquirido pelo Estado e doado à Associação dos Professores Primários de Alagoas (APPA).

Como encontrava-se abandonado e, portanto, sem condição de uso, a edificação foi reformada com a ajuda de mão-de-obra de presidiários, a pedido da diretora. Em 1988, visando agregar todos os profissionais da educação e assim fortalecer a categoria, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Alagoas (SINTEAL), substituindo a antiga APPA. O SINTEAL permaneceu funcionando na histórica Vila Amália até abril de 2020, quando o imóvel teve que ser esvaziado em decorrência da tragédia da Braskem.

Por ser uma Unidade Especial de Preservação (UEP) presente no Plano Diretor de Maceió (Lei nº 5.486/2005), cabe ao Município garantir a integridade deste bem cultural.



Instituto do Meio Ambiente

MUTANGE

Sede do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA)

Mutange

O Instituto do Meio Ambiente (IMA) é o órgão de proteção ambiental mais antigo do Brasil, criado em 1975. Desde a sua fundação, ocupou o prédio atual, que pertencera à família de José de Hollanda Cavalcanti e Alice Rocha Cavalcanti. O patriarca havia adquirido o imóvel ainda em obras para residência de sua família e, após sua morte, a casa foi ocupada por uma de suas filhas, Maria Alice de Hollanda Ferreira, que morou na edificação com seu marido e filhos. Em 1973, o imóvel foi desapropriado pelo Estado para sediar o IMA-AL.

Não se sabe a data exata de sua construção, mas a volumetria e a implantação de costas para a laguna indicam que seja da época de outros casarões edificados no final do século XIX ou início do XX em estilo neoclássico ou eclético. Como sua feição segue o estilo neocolonial, que foi muito adotado pela burguesia brasileira entre as décadas de 1920 a 1950, pode ser que tenha sofrido reforma em sua fachada originalmente neoclássica, tal qual tantos outros exemplares de Maceió. Mesmo assim, mantém os elementos arquitetônicos e materiais da época de sua construção. Ainda hoje, o piso e a escadaria interna em madeira, a estrutura de paredes e as esquadrias originais fazem parte deste lindo exemplar histórico em estilo Neocolonial.

Entretanto, o este prédio histórico e bem conservado teve que ser desocupado, assim como outros que passaram a sofrer risco de desabamento pela instabilidade do solo após os estudos divulgados sobre os efeitos da extração do salgema pela Braskem na Laguna Mundaú. O prédio do IMA é considerado como Unidade Especial de Preservação (UEP), segundo o Plano Diretor de Maceió (Lei nº 5.486/2005). É, portanto, protegido por Lei.



*Igreja de
Nossa Senhora
do Bom Parto*

BOM PARTO

Igreja Nossa Senhora do Bom Parto

Bom Parto

A paróquia de Nossa Senhora do Bom Parto foi fundada em 1949 para dar assistência religiosa e catequética aos funcionários da vila operária da fábrica Alexandria, uma das maiores do Estado e responsável também pelo desenvolvimento da região. No entanto, acredita-se que em 1845 já existia no local uma construção simples dedicada à Nossa Senhora do Bom Parto, cuja veneração originou-se na França, a partir das mulheres gestantes que pediam à Nossa Senhora por uma gestação e parto tranquilos e um bebê saudável.

Em 1964, a edificação foi entregue aos cuidados dos franciscanos, assumindo também a função de convento até 2002, quando retornou à jurisdição do clero arquidiocesano. O espaço antes utilizado como moradia dos freis serve hoje de oficina e curso para jovens e adultos do bairro e proximidades. Principal referência na ocupação do bairro, motivo pelo qual recebeu o nome de “Bom Parto”, a edificação foi construída em plano elevado em relação à rua, na junção do trecho plano com a ladeira. Esse tipo de implantação garante imponência ao edifício e marca o território religioso no Brasil desde que era colônia de Portugal.

O estilo arquitetônico da igreja é o Neocolonial, e pode ser notado a partir do revestimento em pedra da escadaria principal, assim como ornamentos de fachada que remetem ao barroco brasileiro. Após intervenções sofridas ao longo do tempo, a capela encontra-se hoje ladeada por construções que servem como centros pastorais.

A Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto é uma Unidade Especial de Preservação (UEP), segundo o Plano Diretor de Maceió (Lei nº 5.486/2005).

Vila Operária da Antiga Fábrica Alexandria

BOM PARTO



Vila Operária da antiga Fábrica Alexandria

Bom Parto

Os complexos fabris antigos costumavam incluir moradias para os funcionários, visando o controle e a vigilância de todas as atividades dos operários, até mesmo as de lazer. A maioria das fábricas têxteis de Alagoas foram dotadas de infraestrutura de transporte, segurança, estabelecimentos comerciais, equipamentos religiosos, de lazer e educação, bem como casas de padrões diferenciados, a depender do cargo ocupado pelos funcionários. Este foi o caso da Fábrica de Tecidos Alexandria, instalada no bairro do Bom Parto em 1914, contando com uma estrutura de mais de mil casas operárias e até um pequeno porto de embarque e desembarque na laguna. As primeiras construções localizavam-se próximas à estrada de ferro que atravessava o bairro e as ruas com casas se prolongavam um pouco para a encosta do tabuleiro e margens da Laguna Mundaú. As residências mais amplas situavam-se na rua principal enquanto o conjunto arquitetônico destinado aos operários era construído em pequenos lotes, formado por casas geminadas de portas e janelas.

Em 1966, a fábrica foi vendida para o Cotonifício Torres, de Recife, e pouco depois encerrou suas atividades. Logo, as edificações começaram a sofrer com descaracterizações e degradação. Com o crescimento desordenado das áreas vizinhas, a estrutura da antiga fábrica foi sendo gradativamente destruída, cedendo espaço para depósitos, pontos comerciais e de serviços. Entretanto, ainda resiste na memória dos antigos moradores a dinâmica e as tradicionais festas populares realizadas nos tempos de apogeu da Alexandria, bem como alguns exemplares da vila operária, que também tem valor patrimonial por serem “testemunhos” vivos da história da configuração do bairro.

Por isso, essa vila operária é uma Unidade Especial de Preservação (UEP) incluída no Diretor de Maceió (Lei nº 5.486/2005).

Casas Gêmeas

BEBEDOURO



Casas Gêmeas

Bebedouro

As “Casas Gêmeas” são assim chamadas porque foram construídas pelo Coronel Ezequiel Pereira como presente de casamento para suas duas filhas gêmeas, que se casaram no mesmo dia. Geminadas, ou seja, encostadas uma à outra por uma das paredes laterais, deveriam ser idênticas e situar-se em frente à casa dos pais (posteriormente transformado em Casa de Saúde Miguel Couto), para que a família permanecesse unida. Exportador de açúcar e fundador da Usina Cachoeira do Meirim, o coronel ofereceu uma festa de casamento grandiosa na Capela do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, edificação vizinha ao palacete onde residiam. Porém, logo após as bodas, acometido por um acidente vascular cerebral, o marido de uma das irmãs faleceu. O luto impediu que as casas fossem ocupadas pelas irmãs, que retornaram para a residência dos pais.

As casas geminadas constituem exemplares de bangalôs em estilo neocolonial, muito frequentes nas casas de Maceió das décadas de 1920 a 1950. Os bangalôs eram casas simples, de um só pavimento e varanda, construídas pelos trabalhadores da região de Bengala, no sul da Ásia, abrangendo parte da Índia e Bangladesh. Quando a Índia era colônia britânica, o estilo era admirado pelos embaixadores ingleses que passaram a construir os *bungalows* nos primeiros bairros-jardins afastados da agitação das grandes cidades. O conceito foi levado para os Estados Unidos e, nas primeiras décadas do século XX, a moda também chegou ao Brasil, ganhando adeptos entre as classes mais abastadas que se inspiravam tanto na arquitetura colonial brasileira quanto em lugares distantes.

As Casas Gêmeas estão dentro do perímetro da Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005 e classificada como SPR-01, que significa “Setor de Preservação Rigorosa” e consta na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a manter e preservar, disponível no PAS da Diagonal.

Casa de Saúde Miguel Couto

BEBEDOURO



Casa de Saúde Miguel Couto

Bebedouro

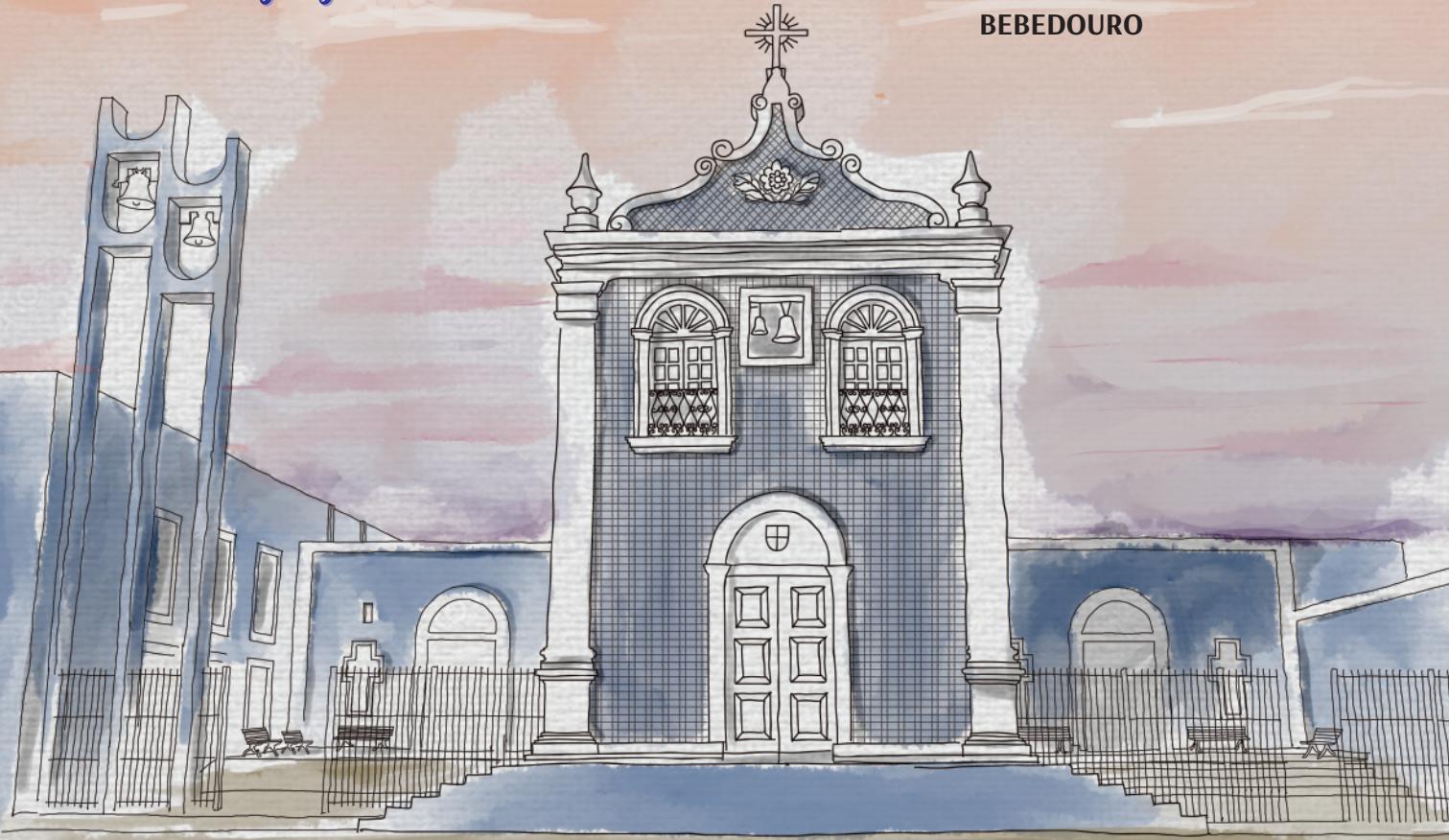
Situada no bairro do Bebedouro, a edificação foi construída em 1917 em estilo eclético para ser a residência da família de João Tavares da Costa, agente da Nova Companhia Lóide Brasileiro, negociante e vice-cônsul real e imperial da Áustria-Hungria em Alagoas, pai do renomado compositor Heckel Tavares. Em uma entrevista, o músico contou que sua casa era imensa, possuía quatorze quartos e oito banheiros, além de um teatro construído pelo seu pai, onde toda a família representava, além de uma capela com um órgão. A mesma edificação foi posteriormente a residência da família do Coronel Ezequiel Pereira, que mandou construir duas casas de moradia às suas filhas gêmeas (as «Casas Gêmeas» já apresentadas).

Assim como outras edificações históricas da mesma época em que paisagem lagunar ainda não era valorizada, encontra-se voltada de costas para a Laguna Mundaú. Em 1946, o prédio sofreu reformas para se adaptar ao novo uso, que seria para abrigar a Casa de Saúde Santa Cândida. Após ser novamente vendido, passou a receber pacientes psiquiátricos com a denominação atual, em homenagem ao médico carioca Miguel de Oliveira Couto. Da edificação eclética original nada restou, exceto a implantação com jardim frontal que se limita à rua por gradil vazado, comum às vilas e palacetes do início do século XX. Apresentando um jogo volumétrico remissivo a estética neocolonial, que era moda na época em que sofreu a reforma, a edificação apresenta partes e elementos residuais de outros repertórios estilísticos.

A Casa de Saúde Miguel Couto encontra-se no perímetro da Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005 e classificada como SPR-01 e de responsabilidade dos órgãos da Prefeitura Municipal ligados à cultura e à memória da cidade fiscalizarem se sua integridade está sendo mantida, além de constar na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a manter.

Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua

BEBEDOURO



Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua

Bebedouro

A primeira Capela de Santo Antônio de Pádua, situada no bairro de Bebedouro, foi edificada por volta de 1816 por pelo português Antônio Maria de Aguiar. Embora muito simples, a construção nomeou a área central do atual bairro, que não passava de um grande “Sítio da Capelinha do Bebedouro”, que foi comprado pelo comendador e rico industrial Jacintho Nunes Leite na segunda metade do século XIX e construiu sua casa ao lado, o “Solar Nunes Leite”. Foi ele quem construiu ainda uma nova igreja, inaugurada em 1873, um pouco à frente da capelinha (posteriormente demolida) e a embelezou com revestimento de azulejos trazidos de Portugal, imagem do santo, adornos e um sino produzido pela Fundição Alagoana, de sua propriedade. O comendador também foi responsável pela construção do coreto que ornamenta a Praça Lucena Maranhão, palco de grandes festividades desde as festas comandadas pelo Major Bonifácio Magalhães da Silveira, que atraía pessoas de toda a cidade e região. Em 13 de junho de 1913, a Igreja de Santo Antônio foi escolhida para ser Matriz na nova paróquia de Bebedouro e no início da década de 1960 sofreu algumas mudanças físicas, como o acréscimo da torre sineira.

A Praça Coronel Lucena sempre foi um lugar de socialização, festejos e encontro com amigos e família como também um lugar de manifestações de resistência e luta. Em 15 de novembro de 2021 a imagem de Santo Antônio de Pádua se despediu do local com uma missa de encerramento, seguida de procissão até a nova sede da paróquia, no bairro de Santa Amélia, que a recebeu com a primeira missa. Segundo o Cônego Walfran Fonseca, Santo Antônio foi o único morador a se mudar de Bebedouro.

A igreja e seu entorno então incluídos na Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005 e classificada como “Setor de Preservação Rigorosa” e consta na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a manter e preservar, disponível no PAS da Diagonal. É de responsabilidade dos órgãos da Prefeitura Municipal ligados fiscalizarem se sua integridade está sendo mantida.

Solar Nunes Leite

BEBEDOURO



Solar Nunes Leite Bebedouro

A história de Bebedouro está associada ao espírito empreendedor do empresário Jacintho José Nunes Leite. Descendente de portugueses, chegou a Maceió quando o bairro ainda era um arrabalde. Abolicionista e empreendedor, comandou a fábrica de tecidos em Fernão Velho, a companhia de bondes de Maceió e a Fundição Alagoana, no bairro do Jaraguá. Por volta de 1880, foi responsável pelo beneficiamento do Bebedouro, colaborando para seu crescimento e prosperidade, transformando o bairro no espaço urbano preferido da aristocracia maceioense: construiu o novo cemitério, a estrada de rodagem ligando a outras localidades da capital e providenciou o abastecimento de água da região de forma pioneira. Na mesma época, ergueu sua residência ao lado da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua, cuja reconstrução havia sido financiada também por ele.

O Solar Nunes Leite é a edificação mais antiga da cidade e mantém-se ainda hoje com as características de sua construção, preservada por iniciativa e recursos da própria família. Organizada em um único pavimento térreo circundada por alpendre – ou varanda – com telhado em quatro águas sustentado por colunas, sua tipologia remete às casas-grandes de alguns engenhos e edificações rurais brasileiras. À sombra de cajueiros e mangueiras floridas, a casa guarda em sua espacialidade aspectos que narram a história de Maceió e do desenvolvimento urbano do bairro, costumes e tradições que mantém o patrimônio cultural material e imaterial do Bebedouro.

Por isso, está incluída na Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005, que é classificada como SPR-01, que significa “Setor de Preservação Rigorosa” e de inteira responsabilidade dos órgãos da Prefeitura Municipal ligados à cultura e à memória da cidade fiscalizarem se sua integridade está sendo mantida. Está na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a preservar e manter.

Antiga residência de Anita Nunes Leite

BEBEDOURO



Antiga Residência de Anita Nunes Leite

Bebedouro

Segundo a bisneta do Coronel Jacintho Nunes Leite, a professora e folclorista Josefina Medeiros Novaes, seu avô teve onze filhos com Maria Teresa Nunes Leite. Construiu várias casas nas imediações da Praça Coronel Lucena e quatro de seus filhos foram morar ali depois que se casaram. A filha Anita recebeu como presente a casa situada ao lado do Colégio Bom Conselho, onde estabeleceu sua família. Segundo Josefina, seus avós se conheceram em uma das festas temáticas realizadas mensalmente na antiga Vila Lilota: na «Festa das Holandesas», Anita era a única moça que usava tranças «naturais», chamando a atenção de um rapaz que viria a se tornar seu futuro esposo, o inglês Jorge Brotherhood.

Foi nesta casa que Josefina Novaes nasceu e viveu até os treze anos de idade, sendo praticamente criada pela sua avó. Ela se recorda de uma infância livre, nadando e pescando na laguna Mundaú, com barcos construídos pelo avô, que praticava marcenaria como *hobby*. Para a ornamentação da casa, Josefina conta que o avô contratou o mesmo pintor francês que havia feito os afrescos da casa da Família Leão (a antiga Vila Lilota, que posteriormente se tornou a Casa de Saúde do Dr. José Lopes). A casa tinha sete dormitórios e já apresentava suíte, uma sala com azulejos brancos importados da Inglaterra, que chamavam «sala branca», uma porta feita pelo avô que separava da sala de jantar e piso de ladrilho hidráulico rosa. Anos depois, a casa foi vendida à Sociedade Bom Conselho e, quando foi desocupada pela Braskem, funcionava como Escola Municipal Vereador Braga Neto.

O casarão está incluído na Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005 e classificado como SPR-01, que significa “Setor de Preservação Rigorosa” e consta na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a manter e preservar, disponível no PAS da Diagonal. É de responsabilidade dos órgãos da Prefeitura Municipal ligados à cultura e à memória da cidade fiscalizarem se sua integridade está sendo mantida.

Estação Bebedouro

BEBEDOURO



Estação Bebedouro

Bebedouro

O primeiro ramal ferroviário de Alagoas foi inaugurado em 25 de março de 1868, ligando o histórico bairro de Jaraguá à antiga «Boca» de Maceió (atual Praça Palmares), com outro ramal para o bairro do Trapiche da Barra. Como todo o serviço da época, eram pequenos bondes puxados por burros trafegando sobre trilhos. Depois de quase duas décadas, os veículos de tração animal foram substituídos por bondes de tração elétrica. O empreendimento foi tão bem aceito pela população que mais um ramal foi construído em 1871, saindo da Estação Central até a Praça dos Martírios, passando pela Rua do Comércio.

Já no ano seguinte, o serviço de bondes chegou a Bebedouro, o que causou imediata valorização da Estrada e consolidou o bairro do Bebedouro como uma área de veraneio, abrigando vários sítios e chácaras. O bairro foi mais valorizado ainda com a construção de uma ferrovia em 1882, percorrendo lateralmente a Estrada de Bebedouro em direção à União dos Palmares, fazendo parada na Estação de Bebedouro, inaugurada em 1884 juntamente com a ferrovia. Em 2011, o primeiro VLT (sigla para Veículo Leve sobre Trilhos) começou a operar em Maceió, com três vagões com capacidade para 500 pessoas cada um.

Segundo a CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos, que administra o transporte sobre trilhos da Grande Maceió, até 2020 o VLT transportava aproximadamente 11 mil passageiros por dia quando teve que interromper o transporte por orientação da Defesa Civil, desativando a Estação de Mutange. Com a abrupta interrupção, o número de passageiros caiu para no máximo 2 mil usuários por dia. A Estação Bebedouro integra a Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005 e classificada como SPR-01, que significa “Setor de Preservação Rigorosa” e consta na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a manter e preservar, disponível no PAS da Diagonal e é de responsabilidade dos órgãos da Prefeitura Municipal ligados à cultura e à memória da cidade fiscalizarem o cumprimento do acordo.

CRAS Bebedouro, Antiga Escola Rural Alberto Torres

BEBEDOURO



Alberto Torres

CRAS Bebedouro, Antiga Escola Rural Alberto Torres

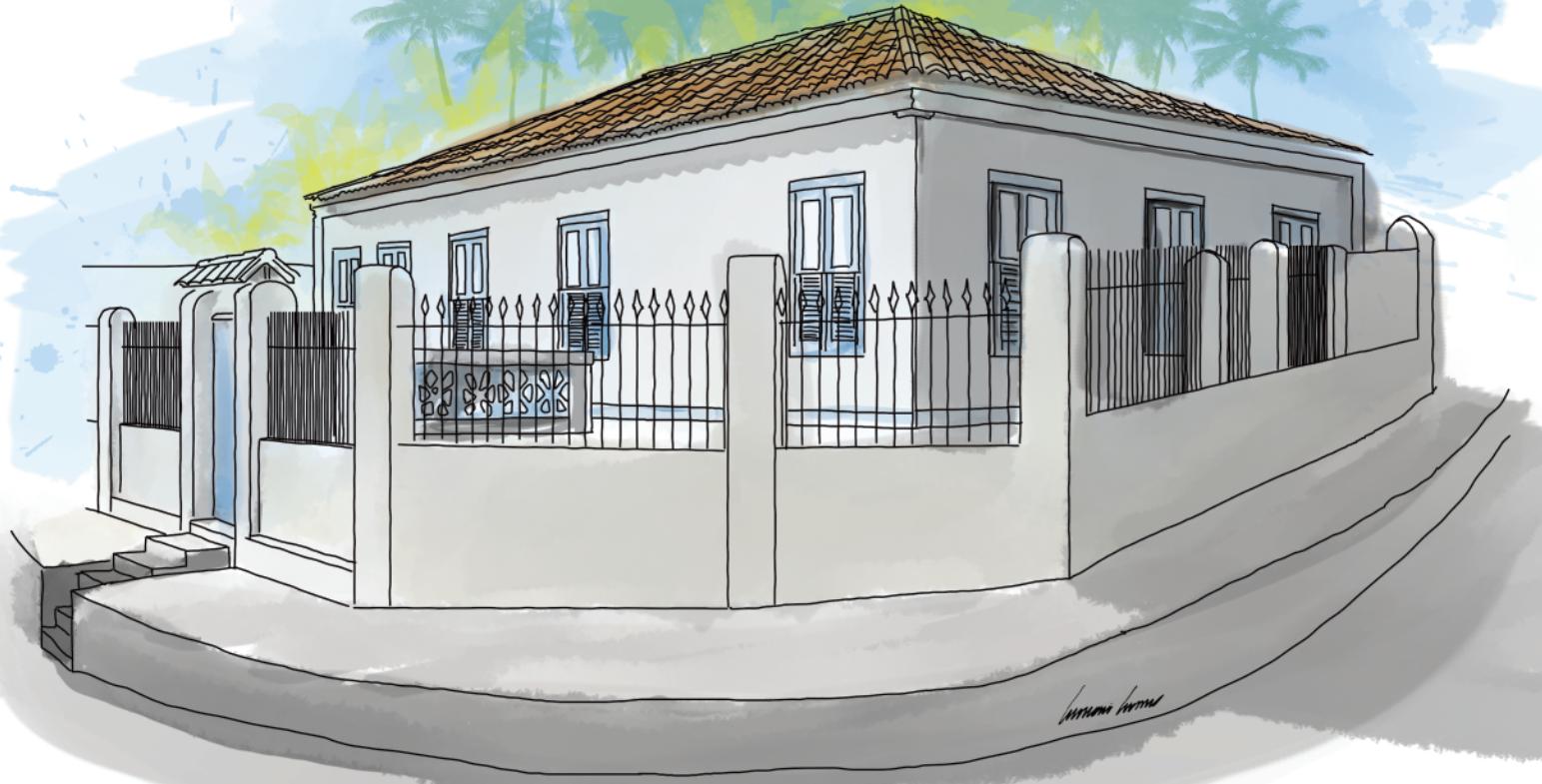
Bebedouro

Segundo o jornalista Edberto Ticianelli, o paraibano Lauro Bezerra Montenegro era funcionário de carreira do Ministério da Agricultura e implementou importantes ações para a agricultura alagoana. Uma delas foi o Campo de Horticultura e Silvicultura de Bebedouro, que ficou mais conhecido como Granja Conceição, por ter se instalado no antigo Sítio Conceição a partir de 1942. A Granja Conceição era uma dependência do Ministério da Agricultura que funciona sob convênio com o governo do Estado. O local prosperou, desenvolvendo uma horta, um apiário, um pequeno serviço de fruticultura e de reflorestamento, baias, ripados, estádio em construção, um estábulo, cinco pocilgas e o maior aviário do Estado. Em 1944, o local recebeu ainda o Grupo Escolar Rural Alberto Torres, com capacidade para 600 alunos. A área passou por muitas perdas durante sucessivas chuvas e na década de 1950 entrou em crise financeira. Na década seguinte, a Granja Conceição restaurou a estabilidade, funcionando até 1982. Depois, seus edifícios foram usados várias repartições públicas do Estado como a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, a Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (Sima), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SEMDS) e o Regimento de Policiamento Montado (RPMon) da Polícia Militar de Alagoas. Além disso, serviu como sede de uma das Regiões Administrativas do Conselho Tutelar de Maceió, desempenhando um papel significativo no atendimento às demandas sociais do município. Quando foi fechado, em 2022, funcionava como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Esta edificação está situada na Zona Especial de Preservação do Bebedouro, Setor de Preservação Rigorosa e consta na lista dos 53 imóveis que a Braskem se comprometeu a preservar, divulgada no Plano de Ações Sociourbanísticas e é função da Prefeitura Municipal, por meio dos órgãos ligados à cultura e à memória da cidade fiscalizarem o cumprimento do acordo. Entretanto, em 17 de dezembro de 2024, a edificação foi demolida. A Assessoria de Comunicação da Braskem afirmou que não é responsável pela demolição.

Casarão colonial da Rua Faustino Silveira

BEBEDOURO



Casarão colonial da Rua Faustino Silveira

Bebedouro

A casa de esquina entre a Ladeira Professor Benedito Silva e a Rua Faustino Silveira abrigava até pouco tempo atrás o Instituto Professor Francisco Sales e até o momento, encontra-se com moradores. Faustino da Silveira, que dá nome à rua da frente da casa, era o pai de Nise da Silveira, que morou nas imediações do bairro. Entretanto, não há um consenso entre as fontes de pesquisa consultadas sobre qual era realmente a casa em que Nise viveu.

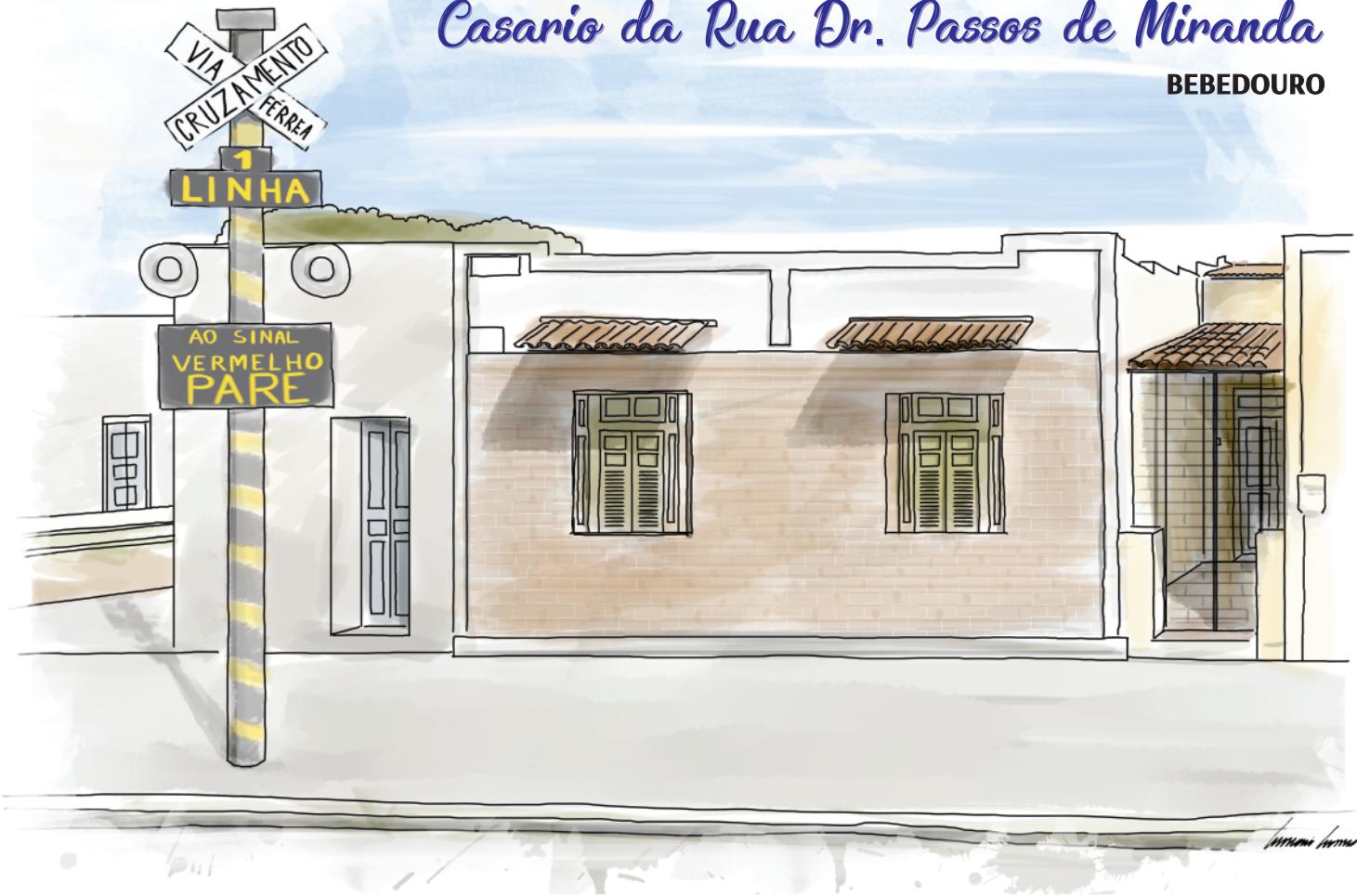
Como autora deste livro, cheguei a concluir que esta foi a casa em que Nise da Silveira viveu a partir do texto do professor Moacir Medeiros de Sant'ana, fundador do Arquivo Público de Alagoas e renomado pesquisador sobre história e costumes de Alagoas. Entretanto, outras pessoas que conviveram com Nise da Silveira na cidade afirmam que era a casa ao lado, na Ladeira Professor Benedito Silva, mas também há relatos de ser em outro lugar, na Praça Coronel Lucena.

Independentemente de ter sido ou não a casa de morada da grande psiquiatra alagoana, antes de sua ida para o Rio de Janeiro, trata-se de um exemplar de arquitetura colonial bastante íntegro e com elementos característicos preservados, como as esquadrias em madeira.

Assim como outras edificações já apresentadas aqui neste livro, está incluída na Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005, que é classificada como SPR-01, que significa “Setor de Preservação Rigorosa” e de inteira responsabilidade dos órgãos da Prefeitura Municipal ligados à cultura e à memória da cidade fiscalizarem se sua integridade está sendo mantida. Está na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a preservar e manter.

Casario da Rua Dr. Passos de Miranda

BEBEDOURO



Casario da Rua Dr. Passos de Miranda

Bebedouro

Anos atrás, a noção de patrimônio histórico incluía apenas edificações «monumentais» ou representantes de poder de uma sociedade. Desde a Constituição de 1988, a noção de «patrimônio cultural» foi ampliada para todos os bens (individuais ou em conjunto), de natureza material ou imaterial, que sejam «portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira». Este conjunto de pequenas casas chamadas popularmente de «porta-janela» (pois foram construídos em terrenos estreitos, sem recuos frontal nem laterais, apresentando em sua fachada, a porta e a janela) são um exemplo da arquitetura enquanto suporte material de memórias e histórias vividas no bairro do Bebedouro. Sua monumentalidade configura-se enquanto testemunha da história do bairro, desde sua origem. Assim como a própria memória não se traduz em uma coisa «congelada» no tempo, também as casas e praças do Bebedouro sofreram transformações ao longo dos anos.

Assim como outras edificações já apresentadas aqui neste livro, o conjunto de casas situado à Rua Passos de Miranda, no Bebedouro, está incluído na Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005, que é classificada como SPR-01, que significa “Setor de Preservação Rigorosa” e de inteira responsabilidade dos órgãos da Prefeitura Municipal ligados à cultura e à memória da cidade fiscalizarem se sua integridade está sendo mantida. Está na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a preservar e manter.

Casas na Ladeira Prof. Benedito da Silva

BEBEDOURO



lumani homes

Casas na Ladeira Professor Benedito da Silva

Bebedouro

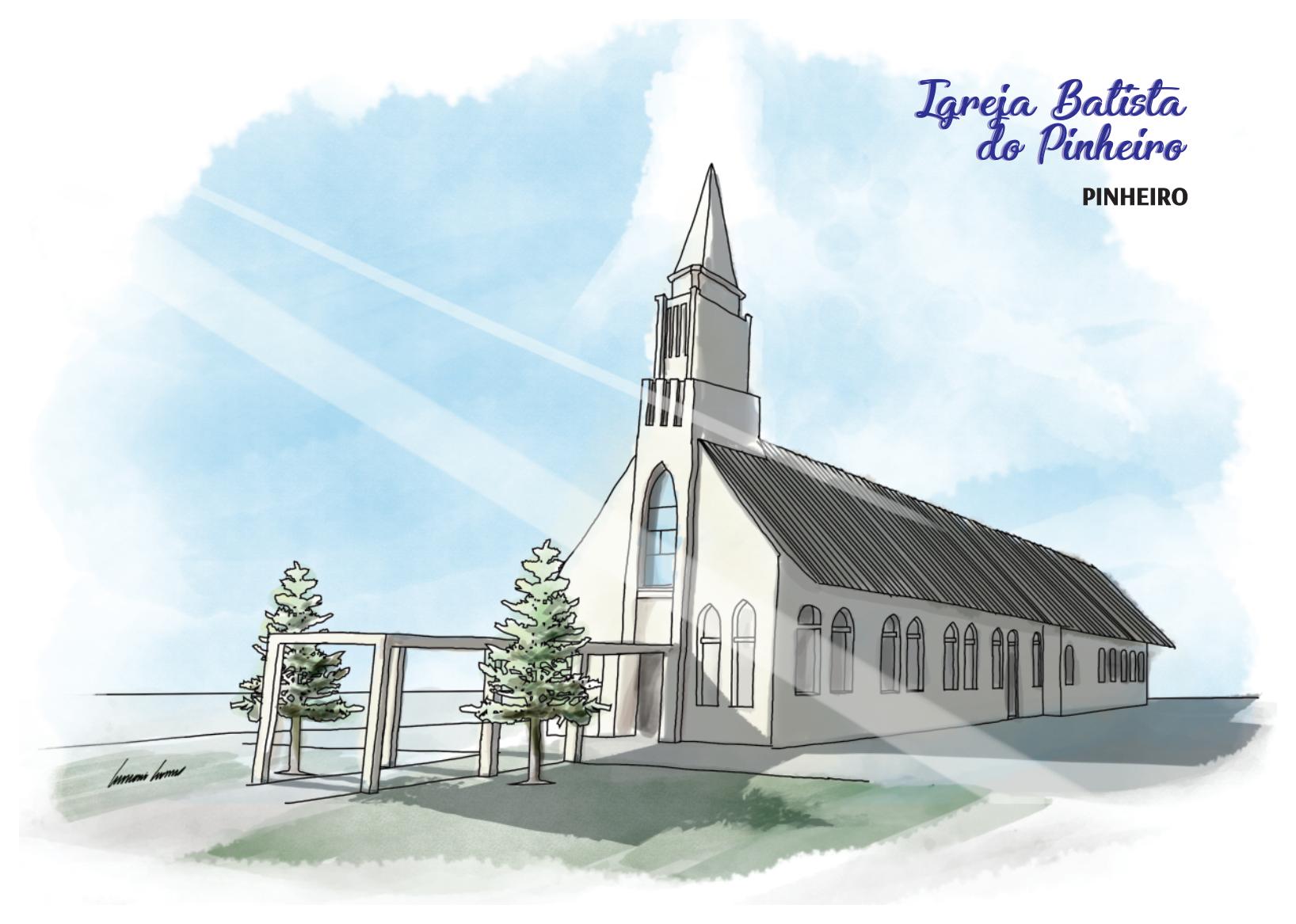
As duas pequenas casas situadas na Ladeira Professor Benedito da Silva também são exemplares de uma arquitetura não-monumental mas cheia de histórias, memórias e com grande significância cultural para o lugar onde estão inseridas.

Acredito que a casa com paredes alaranjadas tenha sido um dos últimos exemplares íntegros de arquitetura colonial na cidade, com sistema construtivo em taipa, que consiste do fechamento em barro, amassado à mão, inserido manualmente sobre uma estrutura de madeira entrelaçada.

As imagens do Google Street View mostram que em 2019, a casa ainda existia (estava com uma placa anunciando sua venda) e nas fotos de 2022 já aparece um terreno baldio no lugar, ou seja, a casa foi demolida, ou desabou, não se sabe. Isso aconteceu antes de as demolições avançarem o bairro do Bebedouro.

Assim como outras edificações já apresentadas aqui neste livro, essas duas casas estavam incluídas na Zona Especial de Preservação (ZEP 3 – Bebedouro) no Plano Diretor de 2005, que é classificada como SPR-01, que significa “Setor de Preservação Rigorosa” e de inteira responsabilidade dos órgãos da Prefeitura Municipal ligados à cultura e à memória da cidade fiscalizarem se sua integridade está sendo mantida, bem como constavam na lista das 53 edificações que a Braskem se comprometeu a preservar e manter.

Entretanto, como apontado, a casa alaranjada não existe mais.



*Igreja Batista
do Pinheiro*
PINHEIRO

Igreja Batista do Pinheiro

Pinheiro

A Igreja batista do Pinheiro um símbolo de acolhimento aos grupos minoritários e resistência para o país. Em 2016, chegou a ser excluída da Convenção Batista Brasileira (CBB) por realizar o batismo de membros assumidamente homossexuais. Em dezembro de 2021, teve o primeiro casamento entre pessoas LGBTQIAPN+ celebrado por uma mulher, a pastora Odja Barros. *"Temos muita história para guardar na memória, principalmente a luta que a gente vem travando pelos direitos da mulher, contra a LGBTfobia, contra o racismo. É possível ser igreja e lutar para ser algo além de um discurso. As pessoas vão lembrar que houve uma igreja evangélica que disse não ao ódio"* (Pastor Wellington Santos, em 7 de outubro de 2021).

Sua história teve início em 1936, quando a Igreja Batista do Farol (IBF) estava com um número considerável de fiéis oriundos do bairro do Pinheiro e havia dificuldade de locomoção pela própria distância e ausência de linhas de ônibus para a região. Em 1941, foi comprada uma pequena casa na Rua Miguel Palmeira, nº 504, onde foi construído um templo. Em março de 1970, foi oficializada a transformação da Congregação Batista do Farol, em Igreja Batista do Pinheiro. Conseguia-se, assim, a independência necessária para o crescimento e consolidação dessa instituição. Em dezembro de 1973, assumiu o primeiro pastor oficial e titular da Igreja Batista do Pinheiro e a construção foi concluída no ano de 1976, com inauguração em noite festiva.

Primeira igreja a fechar e última a abrir por causa da pandemia, a Igreja Batista do Pinheiro é um dos maiores exemplos para se entender a ideia de patrimônio como algo vivo e só existente a partir das pessoas que ele abriga e do que representa para o bairro, a comunidade e para a cidade de Maceió. Essa importância enquanto referência cultural fez com que a Assembléia Legislativa de Alagoas (ALE) a reconhecesse como Patrimônio Material e Imaterial do Estado. O título foi publicado no Diário Oficial Eletrônico de 6 de outubro de 2021 e a IBP está na lista dos 53 imóveis que a Braskem se comprometeu a preservar.

Casa do Eng. Marcial Coelho, Marias e filhos

PINHEIRO



Casa do Engenheiro Marcial Coelho, Marias e filhos

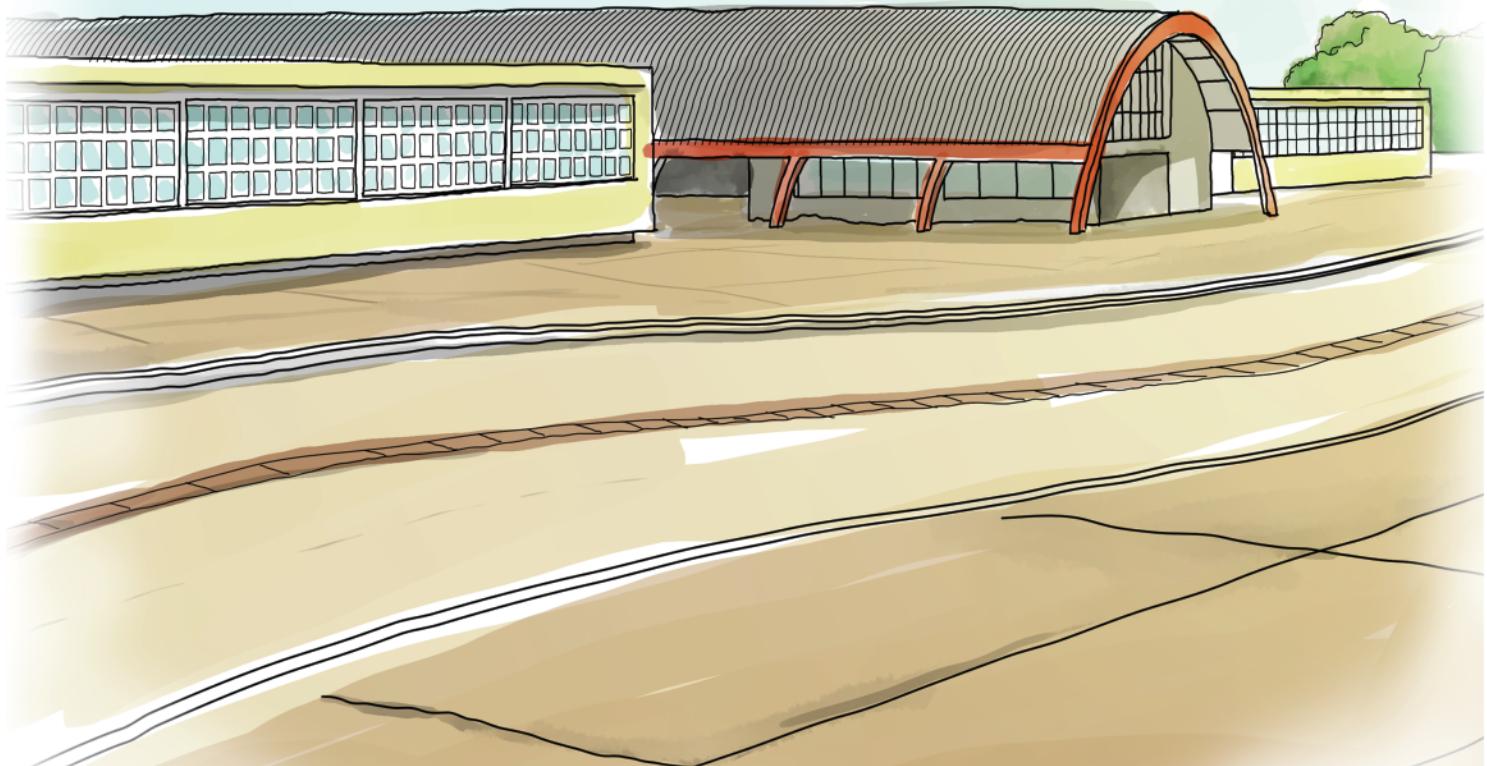
Pinheiro

Os primeiros arquitetos e arquitetas formados em Alagoas foram graduados no ano de 1978 pela UFAL, graças à dedicação admirável de Zélia Maia Nobre em constituir a primeira faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Estado, na UFAL. Tanto ela quanto a maior parte dos primeiros professores eram provindos de Recife e, portanto, a arquitetura alagoana desta época teve influência direta da «Escola Moderna Pernambucana», marcada pela aproveitamento da ventilação e iluminação natural por meio do uso de recursos como cobogós, brises e amplos beirais, possibilitando varandas que protegiam da chuva e da incidência direta do sol. Embora não fosse arquiteto, o engenheiro civil Marcial Coelho fez uso de todos esses preceitos e construiu entre 1978 e 1981 a casa situada na Rua Professor José da Silveira Camerino, nº 861, onde habitou com a família e trabalhou até o ano de 2020, quando faleceu devido à covid-19.

Todo o conhecimento estético e formal da arquitetura moderna, associando à sua preocupação com os detalhes construtivos, conferiram uma qualidade tamanha ao projeto que ainda nos dias de hoje é difícil acreditar que a casa já tem mais de quatro décadas. Internamente, o piso é todo em cerâmica produzida pela Oficina Brennand, de Recife. Ocupando toda a esquina, o casarão possui forte relação com a cidade pois é toda cercado por gradil, garantindo a permeabilidade do olhar de quem passa pelas ruas, apesar do grande fluxo de veículos. Referência no bairro do Pinheiro, o “casarão da esquina da rua Belo Horizonte”, como é conhecido, apresenta estilo arquitetônico marcante das décadas de 1970 e 1980 em Maceió, constituindo um importante exemplar da história recente da arquitetura alagoana, o que lhe confere valor histórico. Está totalmente íntegra, não tendo apresentado nenhuma fissura e permaneceu habitada pela família até o final de 2023, quando houve a ordem de saída pela CPRM, após anúncio do risco causado pelo colapso da mina 18. Após solicitação feita pela família junto ao Governo do Estado, a casa foi reconhecida como Patrimônio Material de Alagoas, por meio da Lei Estadual Nº 9.562, de 5 de junho de 2025.

Centro Educacional de Pesquisa Aplicada

FAROL



CEPA – Centro Educacional de Pesquisa Aplicada

Farol

Um dos maiores complexos educacionais do país, o Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA) representou uma tentativa de integração da capital de Alagoas a um plano nacional de desenvolvimento, onde a educação assumia importante posição, em meio à realidade de extrema desigualdade resultante de uma sociedade ainda fortemente ligada às oligarquias. Construído a partir de recursos federais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), presidido na época por Anísio Teixeira, conceituado pesquisador da área educacional no Brasil, o projeto foi elaborado pelos renomado arquiteto baiano Diógenes Rebouças em parceria com Fernando Machado Leal, sendo o primeiro o autor de grande parte dos projetos idealizados pelo educador. O CEPA foi inaugurado em 1958 com apenas quatro escolas concluídas, sendo que o restante das onze escolas que o constituem foram finalizadas até 1971, juntamente com a biblioteca, o teatro, o centro de formação para professores e os alojamentos. Novos usos foram agregados com o tempo, como escola de artes, ginásio esportivo, uma instituição voltada ao ensino de jovens e adultos, e ainda os edifícios do Conselho Estadual de Educação e da Rádio Educativa. Em 2019, os alunos da Escola Estadual N. Sra. do Bom Conselho foram alocados para uma das escolas do complexo do CEPA, que também era um dos pontos de encontro da população em caso de evacuação do bairro do Pinheiro. Entretanto, em fevereiro de 2019, duas escolas que ficam no fundo do CEPA haviam começado a apresentar rachaduras, assim como a única piscina com profundidade adequada para saltos ornamentais do Estado, que era utilizada para treinos da equipe de nado sincronizado. Após o ocorrido, a equipe alagoana foi descontinuada.

Embora não esteja na área de proteção nem na lista dos 53 imóveis que a Braskem se comprometeu a preservar, o CEPA está sendo monitorado pela Defesa Civil (assim como muitos outros imóveis no Farol e Pitanguinha) e constitui uma importante referência cultural para toda a cidade de Maceió.

*Igreja Matriz do Menino
Jesus de Praga*

PINHEIRO



Igreja Matriz do Menino Jesus de Praga

Pinheiro

Situada no Jardim das Acáias, que integra o bairro do Pinheiro, a Igreja Matriz do Menino Jesus de Praga estava localizada no ponto de maiores rachaduras após o tremor de terra de 2018. Inaugurada em 25 de março de 1983, o projeto desta igreja é de um casal que mais transformou o cenário da construção civil em Alagoas, que foi a arquiteta Zélia Maia Nobre e o engenheiro civil Vinícius Maia Nobre, que na época eram membros da comunidade e não cobraram pelo projeto, segundo relato do próprio professor Vinícius para este livro. Uma edificação de leitura simples e clara, com muita iluminação e ventilação naturais, características típicas da herança modernista que marca a toda a trajetória projetual da arquiteta.

Desde o tremor de terra de 2018, durante o período em que ainda não se sabia exatamente a causa das rachaduras, a paróquia foi o ponto de encontro para reuniões de moradores do bairro e resistiu ao máximo antes de deixar local, por ordem da Defesa Civil. A celebração de despedida aconteceu em 5 de setembro de 2021 com uma última missa campal em frente à Igreja e uma carreata que iniciou o traslado da imagem do Menino Jesus de Praga para a sede provisória, onde a imagem foi recebida pelos paroquianos com queima de fogos.

Com o desmonte de quarenta instituições religiosas nos cinco bairros afetados diretamente pela subsidência do solo, as atividades culturais promovidas por todas elas foram descontinuadas, assim como os membros das comunidades foram separados, muitas vezes, perdendo contato entre si. A dificuldade financeira ou de locomoção para novas localidades diminui as chances de retomada das atividades populares.

Considerações finais

A produção da arquitetura de um lugar não é um ato qualquer no passado, mas um produto da sociedade que o fabricou, segundo relações de poder. Assim como no momento em que foi produzido, cada gesto de guardar ou descartar o patrimônio não é apenas um ato material, mas uma decisão sobre o que será lembrado e o que será esquecido.

As relações que cercam os sujeitos, bem como os próprios sujeitos que as operacionalizam estão imbuídas de poder. Assim, o poder não serve apenas para cercar, mas opera elaborando significados por meio dos espaços e, nessa relação, todo e qualquer discurso está embutido.

Como vários exemplares apresentados neste livro, nem toda arquitetura que compõe o acervo de patrimônio a ser preservado no Bebedouro é «monumental» ou representante da elite. Não são apenas os casarões, mas casas de pessoas comuns, pequenas, que constituem o conjunto e dão significado ao lugar.

Chama atenção a grande quantidade de instituições religiosas que haviam no local: cerca de 40 espaços, entre igrejas católicas, evangélicas, centros espíritas,



casas de religião de matrizes africanas, dentre outros, como a Assembleia de Deus mostrada na ilustração acima (em colaboração com a estudante Júlia Pereira da Rocha Barros, atual membro do RELU).

As instituições religiosas são *locus* de socialização importantes em qualquer cidade cujo valor vai muito além do patrimônio arquitetônico que configuram, pois reúnem pessoas que congregam a mesma fé e compartilham memórias vividas nas atividades sociais promovidas pelas suas igrejas.

Assim como a Igreja Menino Jesus de Praga, no Pinheiro, outros quase quarenta templos religiosos foram realocados em bairros próximos, com obras custeadas pela Braskem, e já foram demolidos, com exceção da Igreja Batista do Pinheiro e Matriz de Santo Antônio de Pádua, da capela de Nossa Senhora do Bom Conselho e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Chã de Bebedouro.

O processo de interdição pela Defesa Civil, o período em que os fiéis ficaram sem local para se reunirem, as celebrações de despedida e as demolições constituíram novos traumas que se somaram às perdas das residências.

Em relação ao que restou de patrimônio histórico na área, não há como saber o que será feito do que ainda resta e que se encontra sob o poder da Braskem após acordo firmado com a Prefeitura Municipal. Após negociação iniciada no valor de R\$ 9 bilhões para cobrir os prejuízos e danos causados à cidade e às pessoas, em julho de 2023 a empresa efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 1,7 bilhão à Prefeitura Municipal. A discussão sobre o futuro da área deverá ser feita a partir do plano diretor do município.

O plano diretor vigente em Maceió é de 2005. Sua revisão, conforme determina o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001), deveria ter sido feita em 2015, ou seja, ele já está defasado em duas décadas. Deve ser obrigatoriamente participativo para garantir que os interesses da população sejam contemplados, e não os interesses de quem detém o poder econômico e político da cidade. O plano diretor é que definirá para onde e como Maceió se expandirá, se adensará e como se darão os novos deslocamentos, considerando as mudanças decorrentes do esvaziamento de uma área tão significativa. Deverá contemplar a função socioambiental da propriedade da área esvaziada, bem definir como as memórias individuais e coletivas serão preservadas, atentando-se para que não haja espetacularização do patrimônio e esvaziamento do seu significado, ou que sejam construídas narrativas que visem o apagamento da memória do crime ambiental cometido em Maceió.

Por isso é importante a EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Desde 2011, atuo nesta área, por meio de projetos realizados no Grupo de Pesquisa RELU Representações do Lugar, sediado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas.

Criei o Portal de Arquitetura Alagoana, um *site* onde apresento a produção arquitetônica e os arquitetos que atuam em Alagoas e, em 2020, o Tatipirun Educacional, atelier de produtos de educação patrimonial para o público infanto-juvenil. Convido todos a conhecerem estes trabalhos por meio do site www.arquiteturaalagoana.al.org.br e do perfil de Instagram @tatipirun.educacional.

Em 2023, fundei o Ponto de Memória «Lugares de Maceió na Memória», que recebeu certificação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e consiste de uma rede sociocultural que desenvolve ações para a salvaguarda da memória coletiva de Maceió após o desmonte dos cinco bairros afetados pela subsidência em decorrência da mineração de sal-gema pela mineração. O objetivo deste ponto de memória é agrupar bases de dados de pesquisas sobre o assunto, como o mapeamento do patrimônio histórico, coletivos de fotografias que vem registrando a tragédia desde 2018, trabalhos acadêmicos científicos. Agrega ainda o projeto «Cidade de Afetos», que resgata as histórias de vida dos ex-moradores, constituindo um importante acervo de memórias individuais que permitem a construção da memória coletiva.

Este livro, publicado pelo CAU Alagoas, constituiu-se de uma das iniciativas de resistência ao apagamento da memória arquitetônica de Maceió, a partir da ação predatória da mineração que historicamente vem destruindo o patrimônio natural e edificado de nosso país.

Referências

- AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista Recife; Editora da UFPE, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.
- COSTA, Adna Fernanda Litrento da; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. Entre a memória e o esquecimento: espacialização do impacto físico da subsidência do solo no bairro do pinheiro em Maceió/AL. In: Anais do ArquiMemória 6: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 6, Anais [...], Salvador (BA), SENAI CIMATEC, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arquimemoria6/937363-ENTRE-A-MEMORIA-E-O-ESQUECIMENTO-ESPECIALIZACAO-DO-IMPACTO-FISICO-DA-UBSIDENCIA-DO-SOLO-NO-BAIRRO-DO-PINHEIRO-E>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- DIAGONAL. Plano de Ações Sociourbanísticas: Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS Pós-Escuta Pública. Setembro de 2023. Disponível em: <https://maisdialogos.com/documentos>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- FRAGOSO, Elias (org). Rasgando a cortina de silêncio: o lado B da exploração do sal-gema de Maceió. Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022.
- IPHAN. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000
- MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva. Maceió afunda: a perda da paisagem cultural da capital de Alagoas causada pela mineração de sal-gema. In: FIGUEIREDO, V. G. B.; ESCORTEGANHA, M. R. Paisagem, Risco e Pós-tragédia: desafios ambientais, políticos e socioculturais. Rio de Janeiro: Editora Paisagens Híbridas, 2023. v. 3, p. 121-139. ISBN 6587833799.
- MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva. Maceió afundando. Mapa do Google My Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1CPhoT9LAUI-hZrjw0i42oPNV9teRX99B&ll=-9.615548036788894%2C-35.77154704999999&z=13>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Caso Pinheiro/Braskem. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro>. Acesso em: 18 jul. 2025

NASCIMENTO, Maria Gardênia Santos. Memória e destruição e a preservação da paisagem do desastre da Braskem em Maceió/AL. 407f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2024.

SÁ, Nara Núbia de Melo. As gêmeas do Bebedouro e a poética do espaço habitado. Maceió: CEPAL, 2010.

SANTOS, Jorima Valoz dos. A percepção dos aspectos topofílicos e topofóbicos do Pontal da Barra em Maceió (AL) pelos seus moradores. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado). Maceió: UFAL, 2011.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 9 set. 2009.

SENADO FEDERAL. Relatório Final CPI da Braskem. Presidente: Senador Omar Aziz. Relator: Senador Rogério Carvalho. Brasília: 15 de maio de 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2642/mna/relatorios>. Acesso em 18 jul 2025.

Serviço Geológico do Brasil CPRM. Ação Emergencial para o Bairro do Pinheiro em Maceió. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/acao-emergencial-no-bairro-pinheiros>. Acesso em 18 jul. 2025.

SITE DA BRASKEM. Disponível em: <<https://www.braskem.com.br/alagoas>> Acesso em 30 mai. 2025.

SITE PORTAL DE ARQUITETURA ALAGOANA. Disponível em: www.arquiteturaalagoana.al.org.br. Acesso em: 01 jul. 2025.

TICIANELI, Edderto. Site História de Alagoas em fotos. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/>> Acesso em 30 mai. 2025.

VIEIRA, Maria do Carmo. Daqui só saio pó! Conflitos urbanos e mobilização popular: o Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: EDUFAL, 1997.



Sobre a autora

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

Formada em Arquitetura e Urbanismo (Moura Lacerda, 1998), é Mestre em Engenharia Urbana, Doutora em Ciências Sociais (UFSCar, 2002 e 2007), professora e mãe da Branca e do Theo.

Lecionou na Universidade de Uberaba - MG (2001 a 2008) e, **desde 2008, atua na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL**. Foi docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2009 a 2019, sendo coordenadora em 2010), na Faculdade de Design (2012 a 2022) e na Especialização em Práticas Culturais do Museu Théo Brandão de Arqueologia e Folclore da UFAL (2023 a 2024).

É líder do Grupo RELU (Representações do Lugar), grupo de pesquisa certificado em 2004, desenvolvendo pesquisas que obtiveram financiamento do CNPq, CAPES, FAPEAL, UFAL e SECULT por meio de editais públicos nas áreas de patrimônio cultural, memória e identidade.

Em 2025, foi promovida à categoria “**Professora Titular**”, último estágio do magistério superior, tendo recebido nota máxima em seu Memorial Acadêmico.

Autora de livros, capítulos de livros e artigos científicos, foi homenageada por sua contribuição acadêmica pelo Governo do Estado de Alagoas (2024), Câmara Municipal de Maceió (2023), Câmara Municipal de Ribeirão Preto (2006), Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (2008). Na UFAL, recebeu a distinção “Excelência Acadêmica” cinco vezes.

Em 2011, criou o **Portal de Arquitetura Alagoana** (www.arquiteturaalagoana.al.org.br), museu virtual que apresenta o acervo arquitetônico e arquitetos de Alagoas por meio de fotos, vídeos e desenhos.

Em 2020, criou o **Tatipirun Educacional**, projeto voltado para a pesquisa e criação de produtos de educação patrimonial para o público infanto-juvenil.

Em 2023, criou o Ponto de Memória virtual **Lugares de Maceió na Memória**, certificado pelo IBRAM, uma rede sociocultural que desenvolve ações para a salvaguarda da memória coletiva de grupos sociais de Maceió afetados pela subsidência do solo em decorrência da mineração de sal-gema.

Pesquisadora sobre a atuação feminina na sociedade alagoana, foi autora do pedido do Título de Doutora *Honoris Causa* concedido em 2019 para a arquiteta Zélia Pessoa de Melo Maia Nobre (01/07/1928- 23/05/2023), criadora da FAU UFAL em 1974.

Em 2025, lançará o livro **Sereias Alagoanas: biografias de mulheres que encantam**. Desde 2020, é membro do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), organização não governamental global que atua na conservação e proteção do patrimônio cultural em nível global e funciona como um órgão consultivo da UNESCO.

A Edufal não se responsabiliza por possíveis erros relacionados às revisões ortográficas e de normalização (ABNT). Elas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. VENDA PROIBIDA.

